

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS SANTA INÊS
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

MARIA JULIANA PEREIRA SOUSA

Educação e a Igualdade de gênero:
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a extensão universitária.

Santa Inês- MA
2024

MARIA JULIANA PEREIRA SOUSA

Educação e a Igualdade de gênero:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a extensão universitária.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura
em Pedagogia.

Orientadora: Profa Dra. Carolina Vasconcelos Pitanga

Santa Inês- MA

2024

Sousa, Maria Juliana Pereira.

Educação e a igualdade de gênero: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a extensão universitária. / Maria Juliana Pereira Sousa – Santa Inês - MA, 2024.

71 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia Licenciatura, Campus de Santa Inês, Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Vasconcelos Pitanga.

1. Educação. 2. Gênero, Igualdade de Gênero. 3. Pedagogia cultural. 4. Extensão universitária. I. Título.

CDU 37.017.4:613.88

Elaborado pelo Bibliotecário Márcio André Pereira da Silva - CRB 13/862

MARIA JULIANA PEREIRA SOUSA

Educação e a Igualdade de gênero:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a extensão universitária.

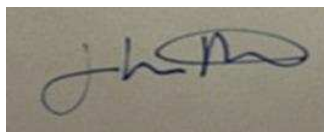
Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia
da Universidade Estadual do Maranhão para o
grau de licenciatura em Pedagogia

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Carolina Vasconcelos Pitanga

Profa. Dra Carolina Vasconcelos Pitanga (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. José Leonardo Annunziato Ruivo
Universidade Estadual do Maranhão

Daniela de Fatima Ferraro Nunes

Profa. Dra. Daniela de Fatima Ferraro Nunes
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho aos meus pais Janilson e Cosma que não mediram esforços para que eu pudesse estudar e enfrentaram inúmeros desafios com amor, cuidado e dedicação. Amo vocês. Obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, cuja presença constante guia cada passo que dou.

Aos meus pais, Janilson e Cosma, meu amor e gratidão eternos. Sempre estiveram ao meu lado, com um amor incondicional e uma dedicação incansável. Em meio às dificuldades, lutam diariamente para que eu estude e realize meus sonhos. Sua força e resiliência foram minha maior inspiração durante esse percurso.

Ao meu amor, João Fialho Segundo, sou imensamente grata pelo seu apoio constante onde sua paciência, compreensão e carinho tornaram este caminho mais leve e suportável e obrigada por você estar ao meu lado celebrando minhas vitórias e me confortando nas dificuldades.

Minha gratidão à minha orientadora, a professora Carolina Pitanga pelo incentivo e por me proporcionar inúmeras oportunidades de crescimento durante a graduação.

Aos meus irmãos Neto e Julia que tanto amo, agradeço pelos lindos sobrinhos Cristhian e Stella, que enchem nossa família de alegria e esperança e nos fazem experimentar um amor inexplicável.

Meu agradecimento à Universidade Estadual do Maranhão e aos amigos que fiz ao longo do caminho. Os professores e colegas que conheci nessa instituição foram fundamentais para minha trajetória nesse ambiente enriquecedor e acolhedor.

Um agradecimento especial aos amigos que sempre estiveram ao meu lado independente das circunstâncias, em especial Wanessa Fernandes e Thiago Barros, cujas amizades e apoio foram essenciais nos momentos mais difíceis e também nos alegres.

Minha gratidão profunda também aos que me acolheram como filha: meus tios Milca e Jonata, Janete e Genival, minha tia Socorro e minha querida sogra Lusileide Fialho. O amor, apoio e cuidado de vocês foram uma fonte constante de conforto e encorajamento nesta caminhada.

Aos meus avós Dadá e Antônio, Cesarina e Francisco das Chagas, meu coração transborda alegrias em tê-los comigo. E a todos aqueles amigos, familiares e professores que um dia me apoiaram com gestos ou mesmo palavras de incentivo, guardo-os em meu coração.

A cada um que tornou esta jornada mais leve e significativa sou eternamente grata por tê-los ao meu lado.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso relata a intersecção entre gênero, pedagogias culturais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco especial nos ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 5 (Igualdade de Gênero), dentro do contexto das práticas de extensão da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi analisada como as resoluções institucionais da UEMA, como as Resoluções N° 1047/2021 e N.º 1050/2021, estão alinhadas com a Agenda 2030 e salienta quais desafios ainda persistem para a implementação prática dessas metas. Além disso, a pesquisa explora o papel das pedagogias culturais na desconstrução de normas de gênero e a sua importância na formação de uma educação mais inclusiva. A prática de extensão desenvolvida no projeto "CineSociológico" é discutida como uma ferramenta eficaz para estimular debates sobre gênero e sexualidade entre os estudantes do ensino médio, promovendo reflexões críticas sobre as desigualdades de gênero. O trabalho contribui para a compreensão de que a UEMA está comprometida com as metas da Agenda 2030 e demonstra a necessidade de um alinhamento mais próximo entre essas metas e as práticas pedagógicas cotidianas, sugerindo também a urgência de estudos sobre a implementação dessas pedagogias no currículo escolar.

Palavras-chave: Educação; Gênero; igualdade de gênero; pedagogia cultural; extensão universitária.

ABSTRACT

This course conclusion work reports on the intersection between gender, cultural pedagogies and the Sustainable Development Goals (SDGs), with a special focus on SDG 4 (Quality Education) and SDG 5 (Gender Equality), within the context of practices extension program at the State University of Maranhão (UEMA). It was analyzed how UEMA's institutional resolutions, such as Resolutions N°. 1047/2021 and N°. 1050/2021, are aligned with the 2030 Agenda and highlights which challenges still persist for the practical implementation of these goals. Furthermore, the research explores the role of cultural pedagogies in deconstructing gender norms and their importance in shaping a more inclusive education. The extension practice developed in the "CineSociológico" project is discussed as an effective tool to stimulate debates about gender and sexuality among high school students, promoting critical reflections on gender inequalities. The work contributes to the understanding that UEMA is committed to the goals of the 2030 Agenda and demonstrates the need for a closer alignment between these goals and everyday pedagogical practices, also suggesting the urgency of studies on the implementation of these pedagogies in the school curriculum .

Keywords: Education; Gender; gender equality; cultural pedagogy, university extension.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Figura 01: Objetivos do desenvolvimento do Milênio.....	35
Figura 2 - Figura 02: ODS: A evolução dos ODM aos ODS	36
Figura 3 - Figura 03: As dimensões dos ODS.....	37
Figura 4 - Figura 04: Os 5 P 's da sustentabilidade	38
Gráfico 1- Gráfico 01 – Respostas sobre orientação sexual (n=37)	53
Gráfico 2- Gráfico 02 – Respostas sobre questionamentos em relação à sexualidade (n=37).....	54
Gráfico 3- Gráfico 03 – Respostas sobre relacionamentos (n=37).....	55
Gráfico 4-Gráfico 04 - Informações sobre relacionamentos amorosos e sexuais no ambiente escolar (n=37).....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Artigos selecionados cujo descritores foram “igualdade de gênero” e “ pedagogias culturais”	18
--	----

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

GeMiDi – Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero, Mídia e Discurso

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras orientações de gênero e sexualidade

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS 4 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade

ODS 5 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ABREVIATURAS

LGBTfobia – Fobia ou preconceito contra pessoas LGBTQIA+

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PNE – Parâmetros Nacionais de Ensino

RESOLUÇÃO Nº 1047/2021-CONSUN/UEMA – Documento de compromisso da Universidade Estadual do Maranhão com a Agenda 2030

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 METODOLOGIA.....	17
2.1 O estado da arte e pesquisa bibliográfica	17
3 CONCEITO DE GÊNERO	26
3.1 Gênero e educação: onde os dispositivos controlam a educação	29
3.2 O gênero no ambiente escolar: um balanço sobre as discussões de gênero no Brasil.....	32
4 Educação e Gênero nas Agendas 2015 e 2030: A mudança de Agendas: “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)” para “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)”	35
4.1 ODS 4 e ODS 5: O que são, de que formas serão aplicadas as suas metas	39
4.2 O objetivo número 4 da ODS 2030.....	40
4.3 O objetivo número 5 da ODS 2030	44
4.4 O pacto da Universidade Estadual do Maranhão com a Agenda 2030: As resoluções N° 1047/2021-CONSUN/UEMA e a Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA	46
5 PEDAGOGIAS CULTURAIS E AS PRÁTICAS ESCOLARES PARA IGUALDADE DE GÊNERO.....	49
5.1 Uma experiência de extensão: prática escolar para igualdade de gênero no projeto Cinesociológico.....	52
6 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE A-RESUMOS DOS ARTIGOS.....	63
APÊNDICE B-CINESOCIOLOGICO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A CULTURA DO MACHISMO- REGISTROS DOS ENCONTROS	69

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre igualdade de gênero e educação têm alcançado centralidade nos debates acadêmicos e políticas públicas. Entender as dinâmicas que estruturam a formação de identidades de gênero e como elas se manifestam no ambiente escolar é crucial para desmistificar os processos que perpetuam desigualdades. A escola, enquanto espaço de socialização primária, possui um papel fundamental na reprodução de normas sociais e na promoção de práticas que tanto podem reforçar estereótipos quanto desmistificá-los. Nessa perspectiva, a educação é vista não apenas como transmissora de conhecimentos técnicos, mas como um espaço de formação de sujeitos sociais, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas que desafiem as normas de gênero historicamente pré-estabelecidas.

A partir dessa premissa, as pedagogias culturais¹ emergem como uma abordagem pedagógica crítica que valoriza a análise das representações culturais e suas implicações nas práticas educativas. Elas oferecem uma maneira de entender como a cultura e a educação estão intrinsecamente conectadas, especialmente na construção de identidades de gênero. Ao adotar essa perspectiva, a escola pode desempenhar um papel ativo na desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo uma cultura de equidade e respeito à diversidade. A inserção dessas práticas culturais no contexto escolar permite uma educação que vá além do currículo formal, englobando questões sociais relevantes, como gênero, sexualidade, e suas implicações nas relações de poder².

No cenário atual, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um pacto global para promover o desenvolvimento equitativo até 2030, têm destacado a importância da educação e da igualdade de gênero como pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Entre os 17 ODS, destacam-se o Objetivo 4, que visa garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e o Objetivo 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esses dois objetivos estão profundamente interligados, uma vez que a garantia de uma educação igualitária passa, necessariamente, pela superação das barreiras de gênero que ainda persistem nas estruturas sociais e educacionais

¹ Segundo Andrade (2017), o termo *pedagogias culturais* começa a surgir no cenário acadêmico brasileiro há aproximadamente 20 anos embutido em artigos, capítulos e livros traduzidos que introduzem no país os estudos culturais em educação.

² De acordo com Sabat (2001) a publicidade é um dos artefatos que estão inseridos em um conjunto de instâncias culturais e como tal funciona como constituidora de identidades culturais. Desta forma, a publicidade pode ser tida como definidora de valores e saberes fazendo com que, não somente que algo seja vendido e comprado, mas também como algo que produz, regula e também fabrica identidades.

Neste contexto, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) tem se posicionado de forma ativa na implementação das metas da Agenda 2030, adotando resoluções que comprometem a instituição com a promoção da educação inclusiva e com a igualdade de gênero. As resoluções N.º 1047/2021-CONSUN/UEMA e N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA representam um passo importante para a integração dos ODS nas políticas educacionais da universidade. Ao articular suas ações com os princípios da Agenda 2030, a UEMA busca não apenas formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel social, mas também incentivar a reflexão e o debate sobre as desigualdades de gênero que permeiam o cotidiano acadêmico e social.

Dentre as iniciativas, no contexto da Universidade Estadual do Maranhão e que se alinham com essas diretrizes, idealizado pelo pela Professora Dra.^a Carolina Vasconcelos Pitanga, destaca-se o projeto de extensão "CineSociológico: Relações de Gênero e a Cultura do Machismo", desenvolvido durante os anos de 2021 e 2023, no município de Santa Inês/MA. Esse projeto, utilizou documentários como ferramenta pedagógica para promover discussões sobre as representações de gênero e a desconstrução de estereótipos a partir de produções audiovisuais.

O cinema, como artefato cultural, tem a capacidade de gerar reflexão e identificação, sendo uma poderosa ferramenta para problematizar as relações sociais e os discursos que naturalizam as desigualdades de gênero. Através da exibição de documentários, como "Repense o Elogio" e "Precisamos Falar com os Homens", o projeto tem contribuído para estimular debates que questionam as normas de gênero e sua influência na construção das identidades de jovens estudantes.

Além disso, as práticas de extensão universitária, como o CineSociológico, reforçam o compromisso da UEMA em integrar o conhecimento acadêmico com as demandas sociais, proporcionando aos estudantes uma formação que transcende os limites da sala de aula. A extensão oferece um espaço de diálogo entre a universidade e a comunidade, criando oportunidades para que questões como a igualdade de gênero sejam discutidas de forma crítica e contextualizada. O projeto não apenas promove a reflexão sobre a violência de gênero, a cultura do machismo e as desigualdades sociais, mas também incentiva os estudantes a se posicionarem como agentes de transformação social, capazes de reconhecer e combater essas desigualdades em suas vidas cotidianas.

Assim, o presente estudo busca analisar como as práticas escolares, articuladas com as pedagogias culturais e os objetivos da Agenda 2030, podem contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. A pesquisa explora a interseção entre

as políticas institucionais da UEMA, o compromisso com os ODS, e as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito de projetos de extensão, destacando a importância de uma educação que promova a igualdade de gênero como um valor central. Em última instância, o objetivo é demonstrar como essas iniciativas podem transformar a educação em um instrumento de luta contra as desigualdades sociais e de empoderamento de jovens, especialmente no que tange às questões de gênero e diversidade.

2 METODOLOGIA

Para a construção da primeira parte deste trabalho, pesquisou-se como referência artigos que tratavam do tema gênero e sexualidade na educação, assim, nos Periódicos da Capes foi realizada a busca por publicações que possuíam os descritores “igualdade de gênero e educação” e “pedagogias culturais” como palavras chaves selecionando-os de acordo com o estudo do **estado da arte**. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de compreender como as discussões sobre gênero evoluíram ao longo do tempo, tanto no Brasil quanto no contexto internacional. Após isso, buscamos integrar as práticas de extensão acadêmica, por meio do projeto CineSociológico, como uma aplicação concreta dos conceitos explorados teoricamente.

2.1 O estado da arte e pesquisa bibliográfica

Utilizou-se da metodologia exploratória e descritiva onde os trabalhos buscados no Site de periódicos do Capes tiveram como base de seleção (a) serem resultantes da pesquisa cujo descritores eram as palavras “educação e igualdade de gênero” e “pedagogias culturais”, (b) terem sido publicados a partir dos anos 2015 até o presente ano, (c) breve leitura das referências para observar se possuem autores das pedagogias culturais, (d) leitura de seus resumos para analisar previamente qual se adequa ao tema proposto na pesquisa e (e) após suas respectivas leituras elaborar um resumo de cada artigo tendo como centralidade o questionamento do que esse texto infere sobre igualdade de gênero e educação.

Durante a realização da leitura dos resumos desses artigos para a pré-seleção, utilizou-se a metodologia de pesquisa chamada de estado da arte. Segundo Ferreira (2002), o estado da arte consiste em dois momentos de seleção, sendo eles:

- 1> O primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. (lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa.)
- 2> segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. O “quando”, “onde” e “como” dos trabalhos (Ferreira, 2002, p. 265).

A autora afirma que o estado da arte cumpre a finalidade que lhes está prevista em catálogos produzidos na esfera acadêmica: informam ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam (Ferreira, 2002). Desta maneira, podemos afirmar também que para para nossa pesquisa encaixou-se proporcionalmente na medida em

que por meio dos descritores e consequente a leitura dos resumos tornou-se uma tarefa mais prática de seleção dos textos a serem estudados.

Ainda a respeito do estado da arte, vemos no artigo **“Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas”** os autores Jacques Therrien e Sílvia Nóbrega-Therrien (2004) nos relatam que o estudo da arte tem como objetivo fazer um mapeamento e discussão de uma certa produção científica/acadêmica em determinado campo do conhecimento onde utiliza-se do levantamento bibliográfico por meio de resumos e catálogos de fontes relacionados a um campo de investigação (Therrien, Nóbrega-Therrien 2004).

Assim, foram selecionados 8 trabalhos dos anos de 2015 até o ano de 2022, entre eles há a exceção de apenas um texto do ano de 2004 que por sua relevância em relação a temática de gênero e educação houve a necessidade de encaixá-lo na lista de selecionados.

TABELA 1: Artigos selecionados cujo descritores foram “igualdade de gênero e educação” e “pedagogias culturais”

Código	Título	Autores	Periódico	Ano de publicação	Resumo	Palavras-chave
A1	Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero	Carmem Barroso	Cadernos de pesquisa	2004	Na reunião de Cúpula do Milênio, realizada no ano 2000, líderes máximos de países do mundo inteiro comprometeram-se a envidar todo tipo de esforços para atingir oito metas de desenvolvimento até 2015. O Secretário-Geral da ONU, tratando de mobilizar a vontade política necessária para implementar os compromissos assumidos com as metas, criou o Projeto Milênio para dar embasamento técnico às formas mais eficientes de alcançar cada uma delas. Esse projeto possui	Educação . Mulheres . Relações de Gênero. Projeto Milênio

					vários grupos de trabalho, um dos quais está encarregado da meta 2 (acesso universal à educação primária até o ano de 2015) e da meta 3 (promoção da igualdade entre os gêneros e empoderamento das mulheres). Este artigo analisa alguns aspectos da interseção desses dois temas porque, tradicionalmente, de um lado, as questões de gênero têm recebido pouca atenção nos debates educacionais e, de outro, a educação tem tido pouco destaque na agenda da igualdade de gêneros.	
A2	Igualdade de gênero: uma-análise dos documentos norteadores da educação	Rhayan e Cristina da Silva Paludo, Vanessa Elisabet e Raue Rodrigues	Revista Dialogia	2022	Este artigo visa discutir a igualdade de gênero a partir dos documentos norteadores da educação, ocupando-se ainda do apanhado histórico dos diferentes conceitos que o termo gênero recebeu no decorrer dos anos e os efeitos práticos dessas desigualdades. A relevância da temática está atrelada ao potencial transformador da educação formal paralelo ao caráter deliberativo que suas propostas pedagógicas se alicerçam. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, estabelecida numa bibliográfica descritiva. Dentre as constatações foi possível observar que há uma postura androcêntrica utilizada nos	Gênero. Currículo . Igualdad e

					documentos oficiais, bem como, uma neutralidade que influencia a tomada de decisões das escolas, também, identificamos uma interferência causada por correntes conservadoras na formulação de políticas públicas e o uso indevido do verbo “tolerar”.	
A3	Educação Inclusiva pela igualdade de oportunidades: debate sobre gênero e sexualidade na escola	Raynan Henrique Silva Trentim, Tereza Rodrigues Vieira	Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR	2019	O fundamental escopo do presente trabalho é conjecturar acerca da problematização da temática concernente às sexualidades e gêneros no ambiente-escolar. Por meio de pesquisa bibliográfica-almeja-se demonstrar que a criança e o adolescente têm direito à informação sobre seu corpo e seu funcionamento, bem como respostas atinentes às sexualidades e aos gêneros. Contudo, o enfoque deverá ser conduzido-observando-se aspectos da conduta científica e humanista, evitando-se permear pelo instigado universo do senso comum. A criança e o adolescente têm direito à educação inclusiva, que perpassa e quebra diversos tipos de preconceito e discriminação de caráter sexual e de gênero, uma vez que não se pode labutar na educação ignorando estas manifestações. A legislação zela pela dignidade da	Diversidade. Educação inclusiva. Gênero. Sexualidade.

					criança e do adolescente, portanto a erradicação do preconceito deve ser questão fundamental para a inclusão escolar e o exercício da cidadania sem discriminação.	
A4	Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola	Daniela Auad, Maria Rita Neves Ramos, Raquel Borges Salvador	Revista Educação e Emancipação	2017	O presente artigo propõe debater dados históricos sobre a trajetória educacional das mulheres no Brasil, desde o século XIX, de modo a contextualizar um conjunto de fenômenos, como a denominada feminização do magistério. Serão recuperadas ao longo do histórico em debate, legislações de época que discorriam sobre a escolarização de meninas e mulheres e, a partir dessa temática e seus avanços, serão analisadas questões como a escola mista, a coeducação e as ações de Bertha Lutz. Esses elementos se destacam como fortes influências para a emancipação das mulheres, cujos sons reverberam até os dias de hoje. Tais ecos históricos podem ser percebidos, por exemplo, em políticas públicas atuais para igualdade de gênero, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM, SPM), que incluem a educação formal como elemento preponderante para a igualdade de direitos e o pleno	Relações de Gênero. Feminismos. Educação .

					acesso de mulheres e meninas em todas as searas sociais.	
A5	Govername nto e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios	Maria Rita de Assis César Duarte, André de Macedo	Educar Revista em	2017	Esse texto questiona as disputas contemporâneas em torno da sexualidade e do gênero nas discussões dos planos nacional, estadual e municipal de educação. Abordam-se, sobretudo, as batalhas narrativas em torno da presença dos conteúdos da igualdade de gênero e da diversidade sexual na educação brasileira, aspectos que se tornaram o centro de uma disputa pelo estabelecimento de novas formas de governo do corpo e do desejo. Tendo em vista as noções de governo e governamentalidade de Michel Foucault, esse texto empreende uma análise genealógica daquilo que Gayle Rubin denominou de pânico moral, instaurado com o programa “escola sem homofobia” e suas repercussões no debate para a formulação dos planos de educação.	Pânico moral. Escola sem Partido. Ideologia de Gênero. Governa mentalid ade.
A6	Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de	Toni Reis, Edla Eggert	Revista Educação & Sociedade	2017	Este artigo explora uma falácia, chamada “ideologia de gênero”, que aflorou nas discussões sobre os atuais Planos de Educação. Revisita os principais marcos internacionais e nacionais surgidos desde 1948	Educação . Planos de Educação . Gênero. Diversida

	educação brasileiros				relativos aos direitos humanos, à educação, à igualdade de gênero e à erradicação da discriminação e violência motivadas por gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Examina argumentos de segmentos reacionários e/ou acríticos da sociedade contra a inclusão desses temas nos Planos. Conclui apontando para a necessidade do envolvimento de outros setores a fim de diminuir o enviesamento e contribuir para que a Educação brasileira incorpore a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.	de sexual.
A7	Formação de professores/ as em gênero e sexualidade : possibilidades e desafios	Zilene Pereira Soares, Simone Souza Monteiro	Educar em revista	2019	A pesquisa analisou a influência do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) sobre a abordagem das temáticas gênero e sexualidade na prática pedagógica de 12 professores/as de Ciências do Ensino Fundamental no Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, e a partir de entrevistas semiestruturadas constatou-se que o curso contribuiu para ampliar a visão dos/as docentes acerca da construção sociocultural das identidades sexuais e de gênero, e subsidiou a implementação de	Sexualidade. Gênero. Ensino de Ciências.

					atividades sobre o tema no contexto escolar. Os depoimentos assinalaram para a necessidade de formação continuada de profissionais da educação e de iniciativas de consolidação das ações dentro das instituições escolares. Revelaram as difíceis condições de trabalho, falta de incentivos e entraves diversos que aumentam o sentimento de isolamento entre esses profissionais que lutam por modificar uma realidade. Contudo, pequenas iniciativas, ainda que em diferentes intensidades, trazem contribuições importantes ao cotidiano, apontando para o início da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Conclui-se que inserir o tema em sala de aula depende quase que exclusivamente da disposição pessoal do/a professor/a em enfrentar todas as adversidades na afirmação dos direitos de igualdade. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para a transformação das práticas escolares, desestabilizando padrões pré-concebidos, além de ampliar a divulgação de pesquisas na área de Ensino de Ciências.	
A8	Sexualidade e gênero	Gennifer	Revista Diversidade e Educação	2022	Na fase da educação infantil é necessário tratar de questões	Relações de

	nas brincadeiras na educação infantil: discutindo a igualdade e respeito às diferenças	Gabriel a Riva, Rita de Cássia Petrenas			referentes à educação sexual, dentre elas as relações de gênero dentro do ambiente escolar, pois neste momento, as crianças começam a formar senso crítico, no qual precisam de informações para construir seus valores, atitudes, conceitos e sentimentos. Apontamos como questão de pesquisa qual a importância de abordar as temáticas relacionadas à sexualidade e gênero no contexto escolar com crianças da educação infantil? Para responder à questão levantada foram elencados dois objetivos que se complementam: enfatizar a importância da abordagem da temática de gênero na educação infantil e discutir o tema das relações de gênero através dos momentos de brincadeiras e atividades desenvolvidas nessa fase de escolarização. Para atingir os objetivos foi realizado um levantamento bibliográfico. Espera-se que este artigo possa orientar professores sobre a importância de se trabalhar temáticas relacionadas à educação sexual, mais explicitamente as abordagens relacionadas a gênero.	Gênero. Educação Infantil. Brincadeiras.
--	--	---	--	--	--	--

3 CONCEITO DE GÊNERO

Ao longo dos anos, o conceito de gênero passou por diferentes definições, pois foi observado e definido através de inúmeras variáveis, as quais percorrem desde as atribuições biológicas às características e normas sociais vigentes em cada período. No ano de 1976, o filósofo francês Michel Foucault publicou o livro **“História da Sexualidade - A Vontade de Saber”**, e nele trouxe a concepção de “dispositivo de sexualidade” definindo-o como um conceito descritivo para práticas, discursos e instituições que regulam a sexualidade socialmente (Foucault, 1976). Para Foucault, o dispositivo de sexualidade é uma rede reprodutiva complexa que gera discurso e práticas sobre a sexualidade, mas ao contrário do que a definição pareça não é um mecanismo repressivo pois ele argumenta que a sexualidade está engendradora nas redes de saber e de poder, o que significa que o poder que a sociedade exerce sobre os corpos e como eles se comportam sexualmente é construído de maneira mútua (Foucault, 1976).

Para Foucault existem diversas instituições de poder que não são apenas negativas mas também são positivas pois elas produzem e regulam a sexualidade. As instituições como a medicina, a psiquiatria, a pedagogia e o direito executam papéis importantíssimos na geração de discursos sobre a sexualidade, deliberando normas e classificações que definem as experiências e as identidades sexuais (Foucault, 1976).

A evolução dos estudos de gênero pode ser vista como parte de uma resposta acadêmica mais ampla às estruturas de poder e conhecimento que Foucault analisa, demonstrando como as disciplinas acadêmicas evoluem em diálogo com as dinâmicas sociais de poder. Mais tarde, o conceito de gênero vem sendo remodelado de acordo com as pesquisas científicas acadêmicas de estudiosos em suas respectivas épocas. Essas redefinições nos fazem refletir sobre como o gênero é uma (re)construção social que se adapta a mudanças científicas, políticas e culturais. As diversas maneiras de pensar sobre o que é o gênero nos fazem refletir sobre as normas impostas e analisar as relações de poder que moldam as desigualdades que perpassam as identidades, nos levando a olhar de maneira mais dinâmica o caráter histórico da categoria de gênero.

Segundo Berenice Bento (2015), até o final dos anos 70, os estudos de gênero eram chamados de estudos sobre a “mulher” e só a partir dos anos 80 começaram a ser chamados de estudos de gênero com o intuito de associá-lo às ciências sociais e legitimá-los em meio ao mundo acadêmico.

A historiadora estadunidense Joan Scott no artigo **“Gênero, uma categoria útil de análise histórica”** (1995) explicou que a palavra gênero trouxe uma conotação mais neutra e

acadêmica que a palavra “mulher”, o que fez com que ela afirmasse que enquanto os “estudos de mulheres” estabelecem uma relação imediata com a militância política, o campo de estudos nomeado “gênero” está vinculado, principalmente, à busca da compreensão epistemológica das relações entre os gêneros.

Scott considera que o conceito de gênero também foi criado com o intuito de opor-se ao determinismo biológico que define o conceito de sexo. Ainda de acordo com a autora, gênero pode ser definido como [...] “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (Scott, 1995, p.14)

Mais recentemente, a socióloga brasileira Berenice Bento no Livro **“Homem não tece a dor”** (2015, p.54) complementa essa visão e define que o gênero é o nosso primeiro carimbo social. A autora afirma que não sabemos especificar em que momento de nossas vidas ter um pênis ou vagina nos diz como devemos nos comportar já que isso é uma das primeiras coisas que nos é interiorizado. Quando nascemos, já encontramos a sociedade na qual estamos inseridos com as classificações do que se pertence ao gênero masculino e feminino, onde nesse caso, entendemos o gênero segundo uma categoria classificatória construída socialmente, pois para defini-lo ou enquadrá-lo em questões epistemológicas devemos levar em consideração o tempo e o espaço no sentido de construção social.

Para afirmar o gênero como nosso primeiro carimbo social, ou seja, aquilo que primeiramente está socialmente explícito para definir nossos comportamentos, Bento (2015) afirma que é necessário incluirmos nessa definição algumas variáveis, sendo elas: classe, orientação sexual, geração, raça/etnia mas, também é necessário observamos uma variável não mencionada pela autora: a religião. No artigo **“Igualdade de gênero: uma análise dos documentos norteadores da educação”**, Da Silva Paludo e Rodrigues (2022) mencionam que nossos currículos escolares sofrem grande influência de ideais conservadores e preconceituosos advindos das bancadas político/religiosas representadas por católicos, evangélicos e políticos de direita que instigam e influenciam a criação de um currículo escolar embasado em moralismo e religião, deixando de lado a laicidade com a qual deveria atuar o currículo e suas práticas.

Nesse contexto, podemos adentrar rapidamente na discussão sobre Ideologia de Gênero onde podemos dizer que essa temática é por vezes usada de forma tendenciosa para o amedrontamento da população. Utilizando de notícias tendenciosas e causando pânico sobre a temática a fim de padronizar as identidades e de marginalizá-las por meio de discursos de ódio. Paraíso (2016) a respeito da “Ideologia de gênero” diz que

a ideologia de gênero trata-se, claramente, de um rótulo dogmático que, se antes era enunciado meio na surdina, agora se torna premissa para um ódio declarado às lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres, às discussões críticas sobre gênero e sexualidade na escola e aos direitos de todas as pessoas que não identificam seus desejos com os desejos dos heterossexuais (PARAÍSO, 2016, p. 392)

Desta forma percebe-se que passamos pela influência de vários fatores importantes para a definição de nossos comportamentos e que essas variáveis nos possibilita possuir uma identidade plural. Ao observar as relações de gênero e interações sociais, Berenice Bento destaca que existem condições metodológicas que devem ser consideradas ao realizar os estudos das relações de gênero, além de levar em consideração o período histórico para não colocá-las como fixas e também analisar o contexto junto a situação por conta de contextos culturais específicos (Bento, 2015).

Desta forma, de acordo com a filósofa Judith Butler

O gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (Butler, 2003, p. 200).

Haja vista o gênero ser uma categoria fundamental para a compreensão dos sujeitos há uma crescente discussão a respeito da necessidade de desnaturalizarmos essas regras pré estabelecidas ao gênero. A existência de características específicas para mulheres e homens, com base numa suposta diferença sexual nos faz entender que mulheres e homens são categorias produzidas histórica e discursivamente, tornando-se errôneo conceber uma identidade fixa e comum para as mulheres e outra identidade para os homens. Sendo assim, ser mulher ou ser homem não é tudo que alguém é.

3.1 Gênero e educação: onde os dispositivos controlam a educação

Em nosso processo de socialização, a escola funciona como a instância fundamental para a formação dos indivíduos. O espaço escolar, no decorrer desse processo, passa a ser aquele em que se dá o encontro das diferenças. No ambiente escolar é transmitido aos jovens e crianças não só conhecimentos acadêmicos mas também um leque de conhecimentos que os preparam para o convívio pessoal e social por meio de normas, valores e pensamentos.

O ambiente familiar destaca-se como um espaço privado onde se estabelece o conforto das relações e dos afetos, ao passo que, o ambiente escolar, e outras instâncias sociais, se configuram como instituições que disciplinam os corpos e os controlam. Na família é o local onde se espera que possamos encontrar segurança e ideias de pertencimento e na escola se aprende conhecimentos acadêmicos e sociais.

Em **Vigiar e Punir**, Michel Foucault (1999) conceitua a escola como uma instituição de sequestro, na qual os jovens são separados do convívio com a família e são aprisionados por determinado tempo com o objetivo de internalizar e se submeter a uma série de normas, regras e valores.

Nessa perspectiva, a pedagoga Guacira Lopes Louro (2014) considera que a escola produz diferenças, distinções e desigualdades e por meio de múltiplos mecanismos de classificação, hierarquização e ordenamento aprendemos no espaço escolar a nos dividir em filas ou banheiros masculino e feminino. Para a autora, a escola é parte importante do processo de delimitação de espaços, e nela, vemos, os resultados das divisões desses espaços que ocorreram ao longo do tempo. Divisões essas que já foram aprendidas e interiorizadas por nós e até tornarem-se naturalizadas. (Louro, 2014).

Para Bento (2015), as múltiplas narrativas contadas pela sociedade nos tornam quem somos em relação à nossa identidade sexual. Deste modo, podemos destacar que socialmente aprendemos o que vem a ser homem e mulher em sociedade pois somos “treinados” desde criança com incentivo de realizar “atitudes de homem” e “atitudes de mulher” de acordo com o nosso sexo biológico. Sabendo disso, faz-se necessário também tomar conhecimento a respeito dos agentes sociais que ajudam a perpetuar esse determinismo biológico e as formas como esses determinismos podem ser atravessados por diversas identidades de gênero.

A respeito disso, Louro (2014) afirma que o processo de fabricação dos sujeitos por meio da escola é quase imperceptível e que para identificá-los devemos nos voltar às práticas cotidianas que nos envolvem. A divisão de feminino e masculino cotidianamente na escola assim como em espaços publicitários refletem como funciona diariamente nossa sociedade apontando “regras” de comportamento de como devemos viver socialmente. Podemos dizer

que não são regras redigidas e impostas como leis em documentos registrados, mas sim, um conhecimento produzido como práticas de autocontrole e regulação que se repetem no dia a dia por meio da nossa convivência na sociedade.

No livro **“Gênero, sexualidade e educação”**, Louro (2014) diz que a escola é parte importante do processo de delimitação de espaços, e nela, vemos, os resultados das divisões que ocorreram ao longo do tempo. Essa delimitação de espaços e ações no ambiente escolar é a finalização de uma sequência de artefatos curriculares que são aplicados na escola e que durante os anos sofreram pouquíssimas mudanças significativas. Deve-se destacar que não só no currículo escolar dificilmente ocorrem essas mudanças, mas que em nossas práticas cotidianas na escola utilizamos procedimentos de ensino, materiais didáticos e processos de avaliação que produzem diferenças. Nos dias de hoje através de múltiplos e discretos mecanismos escolariza-se e distinguem-se os corpos e as mentes. Segundo Louro (2014), nos dias de hoje essa escolarização ainda ocorre por meio de outras regras, teorias e conselhos (científicos, ergométricos, psicológicos) e são produzidos em adequação às novas condições, aos novos instrumentos e práticas educativas.

A fabricação das diferenças na escola ocorrem de maneiras dificilmente identificáveis e para percebê-las é necessário realizar uma problematização daquilo que consideramos normal. Louro (2014) afirma que temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa **linguagem**, procurando perceber o **sexismo**, o **racismo** e o **etnocentrismo** que ela (a prática educativa) frequentemente carrega e institui. Ainda nesse sentido, a autora nos mostra que nos livros didáticos e paradidáticos vemos concepções de dois mundos distintos em representações de gênero, de grupos étnicos e de classes sociais. Nessas representações há distinção de características e atividades específicas para homens e mulheres dentro do modelo de família heterormativa. (Louro, 2014).

Mais recentemente, as autoras Da Silva Paludo e Rodrigues (2022) em seu artigo **“Igualdade de gênero: uma análise dos documentos norteadores da educação”** discutem sobre a igualdade de gênero a partir dos documentos que norteiam a educação no país realizando um apanhado históricos sobre os diferentes conceitos que o termo gênero recebeu no decorrer dos anos e os efeitos práticos dessas desigualdades. Segundo elas, podemos observar nos primeiros documentos do Parâmetros Nacionais de Ensino (PNE) e Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que as questões de gênero são veladas, uma vez que se adota uma postura de negação da existência dessas necessidades de mudança e ainda pontuam também que na Constituição Federal (1988) não menciona nenhuma vez a palavra gênero.

Como sabemos, os conteúdos e as normas escolares são construídos de cima para baixo, a partir da hierarquia educacional. Desta forma, em grandes cargos políticos educacionais do nosso país, que segundo a Constituição Federal de 1998, deve-se ser laico, ou seja, sem nenhuma religião, há uma composição de políticos de direita, membros conservadores da igreja católica, religiosos evangélicos e representantes da maçonaria que influenciam fortemente num documento que deveriam ser pautado com neutro religiosamente, mas, que culminaram num currículo educacional pautado numa rejeição a abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

De todo modo, ao longo dos anos vemos que diversas reformulações e adequações de como deve ser aplicada a palavra gênero nos currículos escolares ainda é um assunto sempre colocado em segundo plano. Observa-se que a escola possui diversas oportunidades de repensar o currículo e inserir o tema, porém a escola tende a se manter neutra e passiva diante do assunto.

3.2 O gênero no ambiente escolar: um balanço sobre as discussões de gênero no Brasil

As discussões sobre gênero no ambiente escolar têm sido alvo de inúmeros estudos acadêmicos em nosso país. Com base em artigos publicados em periódicos na área da educação vê-se uma diversidade de abordagem e aspectos sobre o tema que perpassa por documentos norteadores da educação no país, trazem uma a abordagem do tema em diversas instituições como a escola e a igreja, levantam questões como a necessidade de incluir no seio familiar a discussão sobre gênero e sexualidade com intuito de diminuir as diferenças e preconceitos no dia a dia das crianças e jovens.

Em relação a essa temática, observa-se nas palavras de Carmen Barroso (2004) que os ideais feministas atuaram de forma importantíssima ao modificar as reivindicações dos direitos das mulheres e transformando-as em pautas governamentais especialmente a partir dos anos 2000 já que anteriormente tais manifestações eram por meio de palestras, campanhas e manifestações em espaços públicos e não eram vistas como prioridades para os órgãos governamentais. Barroso argumenta sobre a importância das questões de gênero e educação, visto que é dessa forma que pode-se dar mais atenção a pautas como o acesso e permanência na escola observando os fatores que prejudicam as meninas e mulheres, levando-as a evadirem-se dos locais de ensino. Percebemos pelas palavras da autora que dar atenção às questões que atravessam o gênero nas escolas nos ajuda a promover um ambiente mais equitativo e promotor de empoderamento e essas são questões emergentes no seio escolar.

Ainda a respeito dessa discussão, podemos observar as autoras Paludo e Rodrigues (2022) que mostram que apesar de haver mudanças e evoluções no conceito de gênero durante os anos, ele ainda enfrenta uma resistência considerável especialmente em instituições tradicionais como a igreja e a escola. Essas duas instituições em específico tendem a se alinhar e seguir apenas seus dogmas e regras fixas o que faz com que perpetue-se um ideal imutável de qual é o papel da mulher na sociedade. Ainda, as autoras inferem que mesmo havendo mudanças significativas na criação de novas políticas públicas no país a palavra gênero ainda costuma ser evitada nos documentos legais como em nossa Constituição de 1988. Tal desaplicação resulta num currículo que ignora as questões e o combate aos problemas relacionados ao gênero.

Para questões como a abordagem de temas como o debate de igualdade de gênero e sexualidade nas escolas, vemos Trentim e Viana (2019) relatarem a relutância em abordar temas como igualdade de gênero e sexualidade tanto pelas escolas como pelas famílias geralmente culmina em jovens mal preparados para tomar decisões racionais sobre suas vidas

sexuais, perpetuando preconceitos e concepções equivocadas. A inexistência da abordagem de tais temas podem gerar na vida desses jovens consequências prejudiciais à infância e adolescência como gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis. Observa-se pelas palavras dos autores que uma educação abrangente e informativa sobre gênero e sexualidade promove um entendimento mais saudável e inclusivo de identidades e subjetividades.

Assim como vemos nos artigos anteriores, as autoras Auad, Ramos e Salvador (2017) e também reforçam o papel importantíssimo da luta pela igualdade de gênero nos apresentando o auxílio de personagens históricos como Carolina Maria de Jesus que ajudou a moldar protagonismo feminino na promoção da igualdade. Destacam também no texto a respeito de como a educação é crucial para a emancipação feminina, trazendo autonomia e voz ativa socialmente na tomada de decisões em diversos ambientes. Outro aspecto a se considerar do texto é a respeito de como, historicamente, os desafios históricos enfrentados por mulheres como Bertha Lutz no acesso à educação assim como a importância de utilizar o espaço educativo como meio para criar forças empoderamento para promover ações democraticamente resistentes a LGBTfobia, racismos e machismos.

Na análise atenta do artigo de César e Duarte (2017) sobre governo e pânico moral é possível observar que ele trata questões tão atuais como o conceito de pânico moral, faz-se necessário considerar a crítica que os autores fazem a questão da resistência de grupos religiosos fundamentalistas, que se opõem à inclusão de temas de gênero e diversidade sexual nas escolas evidenciando um cenário de hostilidade que é exacerbado pelos altos índices de violência contra a comunidade LGBTQIA+, onde esses grupos religiosos, que fazem partes das bancadas nacionais políticas, se apoderam de suas interpretações seletivas de textos religiosos acabam usando-as para disseminar preconceitos. Ainda podemos comentar que no artigo também inferem sobre a necessidade de avançarmos em nossas conquistas a fim de superar conflitos internos no campo progressista e de promover estratégias de luta comum para alcançar uma sociedade mais equitativa.

Para Reis e Eggert (2017) a educação como um direito humano essencial, enfatizando a igualdade de gênero como crucial para uma sociedade justa. Referindo-se a documentos internacionais e tratados, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sublinha a necessidade de eliminar a discriminação de gênero na educação. Critica a falsa narrativa da "ideologia de gênero", utilizada para promover pânico moral e retrocessos nos direitos das mulheres e da comunidade LGBT. O texto enfatiza a importância de um diálogo civilizado e

da participação ativa de diversos setores para construir uma sociedade inclusiva, defendendo uma educação que desenvolva a capacidade crítica dos estudantes e promova a paz, justiça social e respeito às minorias.

Como fica claro, os autores Soares e Monteiro (2019) destacam que relevância da formação continuada aos profissionais da educação visando uma abordagem mais empática e informada sobre questões de gênero e sexualidade mas nos deixa claro a grandeza desse desafio por conta dos consideráveis obstáculos e resistências, principalmente devido às variadas perspectivas culturais, morais, religiosas e familiares na sociedade. Enfatiza-se que ainda há um caminho a ser percorrido para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa, pois a persistência de estereótipos e a necessidade de uma integração mais robusta desses temas nos currículos escolares ainda é algo enraizado culturalmente em nosso país.

E também podemos destacar que Petrenas e Riva (2022) ressaltam a importância da formação contínua dos docentes para superar esses obstáculos e influenciar positivamente a dinâmica escolar. A pressão dos estereótipos de gênero desde a infância é abordada no artigo onde evidencia como brincadeiras e brinquedos podem moldar a identidade de gênero e a capacidade das crianças de manifestar seus desejos, desafiando padrões preestabelecidos. É importante vermos a escola como um agente crucial na desconstrução de estereótipos e na busca da igualdade de gênero, empregando o brincar como instrumento para cultivar as personalidades livres de barreiras sociais. O texto também salienta a necessidade de incluir diversas perspectivas de gênero na educação infantil para desafiar normas sociais e promover a reflexão entre educadores.

4 Educação e Gênero nas Agendas 2015 e 2030: A mudança de Agendas: “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)” para “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)”

Durante a construção do referencial teórico desta pesquisa, pude notar que comumente os escritos a respeito de gênero e educação trata nacional e internacionalmente sobre um pacto mundial para educação e igualdade de gênero, onde tomei um conhecimento mais aprofundado sobre a Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) e dos compromissos assumidos pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com esse pacto mundial e sua relevância nos dias de hoje. Mas como essa agenda surgiu e qual a necessidade dele para nossa sociedade e seu desenvolvimento igualitário?

O compromisso mundial chamado de Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável foi criado no ano de 2015 quando 193 países membros das Nações Unidas (ONU) juntaram-se com o intuito de pactuar uma nova agenda cujo título é: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Mas por que uma nova agenda?

É uma nova agenda, pois ela surgiu por conta da necessidade de reformulação dos 8 Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). A agenda ODM, segundo De Martino Jannuzzi e De Carlo (2018),

Priorizou avanços para combater iniquidades sociais básicas, relacionadas especialmente à pobreza e à falta de nutrição e de saúde nos países não desenvolvidos, não contemplando todo o escopo programático das referidas Cúpulas Mundiais. Nessa agenda, os compromissos de desenvolvimento foram reunidos em oito grandes objetivos: combate à fome e à pobreza, acesso universal à educação primária, promoção da autonomia das mulheres, redução da mortalidade na infância e da mortalidade materna, combate à propagação da AIDS e outras doenças transmissíveis, preservação ambiental e cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento dos países mais pobres. Tais objetivos desdobravam-se em duas dezenas de metas, com referências a atingir em 2015 (De Martino Jannuzzi e De Carlo, 2018, página 9,10).

Figura 01: Objetivos do desenvolvimento do Milênio



Fonte: [https://Como foi a experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio \(ODM\)? \(estrategiaods.org.br\)](https://Como foi a experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)? (estrategiaods.org.br))

A mudança dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) serviu para nos mostrar a carência de uma abordagem mais específica e que consiga atingir a necessidade de desafios globais existentes. Os indicadores sociais exibiram uma gama de necessidades em relação à população e os índices de redução de pobreza e fome, igualdade e acesso educacional para todos, assim como necessidades básicas de saúde pública como o saneamento básico.

Essas questões levaram à reestruturação da agenda, colocando a urgência da participação de agentes governamentais e da ONU, convocando empresas de cunho privado como agentes essenciais para a objetivação dela. Assim, a nova agenda, cujo título é “Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável”, configura-se como um compromisso assumido de forma global que reconhece a importância da conexão de diversos agentes para sua objetivação. Como já dito, possui 169 metas, e nelas demonstram-se uma rede de preocupações que anteriormente se colocavam de forma menos abrangente. Com uma base de metas e submetas tratada de maneira sólida e objetiva, o novo documento mostra-nos a importância de atores públicos e privados para sua objetivação priorizando o bem estar coletivo e a proteção ambiental como suas principais complexidades a serem atendidas.

Figura 02: ODS: A evolução dos ODM aos ODS

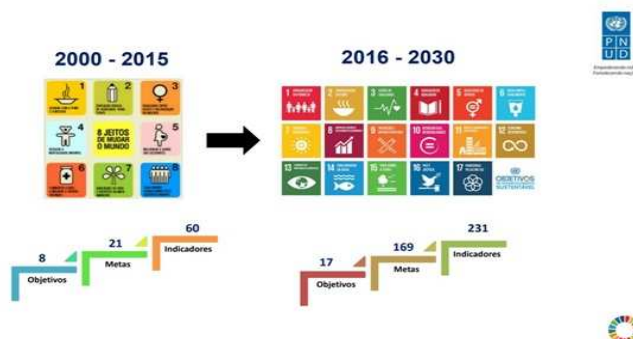


Imagem 2: ODS: A evolução dos ODM aos ODS (sesc.com.br)

Cabe saber que a ODS 30 divide-se em eixos e dimensões. No que diz respeito às dimensões foi realizada a divisão em 4, sendo elas: Dimensão Social, Ambiental, Econômica e Institucional. Na Social são as ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10 que estão relacionadas às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça. As dimensões ambientais são as ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15 referentes aos aspectos das limitações dos recursos naturais do planeta Terra. A dimensão econômica são as ODS 8, 9 e 11 dizendo respeito ao desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhoria na qualidade de vida das pessoas. E por fim, a Dimensão Institucional são as 16 e 17 em que elas vem trazer a

orientação política, capacidade e esforço desempenhados por governos e pela sociedade na execução das mudanças requeridas por um desenvolvimento sustentável efetivo (ONU, 2015).

Figura 03: As dimensões dos ODS



Fonte: Áreas de Atuação | Instituto Nação Nação Valor (institutonacaodevalor.org.br)

Observa-se também que no documento norteador da Agenda 2030 podemos encontrar também o que as Nações Unidas chamaram de enfoque nos 5 P's, que são 5 eixos divididos a fim de nos ajudar no entendimento do que são os 17 objetivos da ODS. Tratam eles sobre os agentes que cumprirão os objetivos da Agenda.

O primeiro 'P' refere-se às Pessoas, que estão ligadas nos compromissos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 os quais objetivam erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade.

O segundo 'P' refere-se a Prosperidade e está ligado aos objetivos de números 7,8,9 e 10 que juntos visam garantir em harmonia com a natureza vidas prósperas e plenas.

O terceiro 'P' significa Planeta e atrela-se às ODSs de 11 a 15 as quais visam proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as futuras gerações.

O quarto é o P das Parcerias e refere-se a ODSs de número 16 que fala da Paz, Justiça e Instituições eficazes onde se buscará implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida.

O quinto e último P representa a Paz e é referente a ODSs de número 17 sobre parceria e meios de implementação. Deste modo as 17 ODSs visam incluir os temas de mudanças globais de clima, desigualdades econômicas e sociais. (ONU, 2015).

Figura 04: Os 5 P's da sustentabilidade



Fonte : Os 5'Ps da sustentabilidade | Movimento ODS Santa Catarina

Ao adotar essa abordagem abrangente, esses países e empresas trabalham de maneira associada para construírem e alcançarem a um futuro mais justo e igualitário para todos visto que os 5 P 's fornecem um quadro que engloba o desenvolvimento dessas esferas.

4.1 ODS 4 e ODS 5: O que são e de que formas serão aplicadas as suas metas

Agora que vimos anteriormente o que é a Agenda 2030, podemos dizer que dos seus 17 objetivos, cabe a nós especificar os objetivos de número 4 e 5 os quais pautam respectivamente a respeito de: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”, e “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Esses objetivos possuem metas e submetas das quais veremos do que elas tratam, onde e como elas serão realizadas e quais agentes serão necessários para serem executadas no nosso ambiente nacional.

Importante citar que as condições e direitos das mulheres perante os acordos internacionais que a ONU realizou durante os anos evoluíram bastante em qualidade e quantidade de acordo com as necessidades pré-existentes das mulheres perante a sociedade. Na Agenda 2030 há especificações de metas que pautam sobre educação e igualdade para as mulheres, ligando não somente questões sociais mas trata de maneira interseccional as questões de etnia, idade, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero. Como podemos observar, tendem a estarem ligadas às questões de gênero educacional, o que na ODM resultou na união em um só grupo de trabalho.

A respeito do “fracasso” da ODM, segundo BARROSO (2004), a união dessas metas deu-se porque

De um lado, um dos indicadores principais da igualdade de gêneros era a igualdade no acesso à educação, e, de outro lado, um dos indicadores principais da universalização da educação era a paridade entre os sexos na escolarização. Curiosamente, entretanto, o grupo praticamente funcionou como dois subgrupos semi-independentes, uma vez que os problemas educacionais não só incluem, mas também transcendem a desigualdade entre os gêneros e vice-versa, ou seja, as desigualdades educacionais são um componente importante das desigualdades de gênero, mas não as esgota (Barroso, 2004, p. 575).

A Agenda 2030 vem a ser um começo de mudanças que não apenas ampliam o acesso à educação, mas também fortalecem as bases para a inclusão social e preparam a sociedade para enfrentar os desafios do século XXI relacionados às questões de gênero e educação. Desta forma, iremos observar como a nova ODS pauta e divide de maneiras interdependentes os objetivos 4 e 5 a respeito da educação e igualdade de gênero.

4.2 O objetivo de número 4 da ODS 2030

Objetivo de número 4, ODS 4, é pautado em “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015, p. 23). Em metas e submetas busca abordar os desafios globais relacionados à educação, garantindo que todos tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade independentemente de gênero, idade, deficiência ou situação socioeconômica (ONU, 2015, p. 23).

Com isso, vemos que assegurar que todos tenham acesso à educação é o caminho para um começo de extinção de desigualdades. As metas da ODS 4 se baseiam em melhorar a qualidade educacional e o acesso à educação, visto isso, a meta 4.1 “tem como proposta de que até 2030 esteja garantido que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” (ONU, 2015 p. 23). Nisso, percebe-se que essa meta prioriza que o acesso à educação de qualidade ajudará os sujeitos a contribuir de maneira mais eficaz para as comunidades. Para sua realização, é importante alencar a necessidade de investimentos significativos na melhoria da infraestrutura das escolas, assim como o investimento em recursos pedagógicos e uma formação docente adequada.

Observa-se também a necessidade de criação pública de políticas que sejam inclusivas educacionalmente para que haja ação interligada dos órgãos governamentais juntamente dos setores privados para atuarem também ligados à comunidade em geral. Dessa forma, seria possível que os setores públicos e privados como os Bancos de Cooperação Nacional e Internacional como o Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e o Banco Mundial possam oferecer ajuda com recursos financeiros para a promoção de formação de professores e reformas nas estruturas das escolas. Nesse leque de parcerias, seriam possíveis também que as Organizações Não Governamentais (ONGs) desenvolvessem oportunidades para os alunos obterem atividades extracurriculares que os tirem das ruas e de ambientes inadequados fora do horário escolar.

Lê-se no documento que na Meta 4.2 Até 2030 objetiva-se “garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário”(ONU, 2015, p. 23). Essa fase de desenvolvimento é importantíssima para o sucesso a longo prazo tanto pessoal como acadêmico dos indivíduos, visto que a primeira infância nos molda como sujeito social. Sendo assim, vemos que essa meta trata do investimento da

expansão de creches e pré-escolas, assim como o aumento do acesso a elas. Para tanto, será necessário que o governo além de realizar investimentos estruturais também proporcione formação adequada para professores da educação infantil. Podemos dizer também que faz-se necessário a conscientização da população a respeito da importância da educação na primeira infância por meio de campanhas que expliquem a todos a importância das creches e pré-escolas.

Na Meta 4.3 fala-se que “até 2030 terá que se assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidades” (ONU, 2015, p. 23). Importante para a sociedade tanto quanto a educação infantil de qualidade é o acesso às universidades para toda a população independente de questões econômicas ou de gênero, desta forma, fazer com que se multiplique as oportunidades posteriores de carreira profissional aos estudantes promoverá um maior avanço social. Assim dito, vale ressaltar que quando se fala de oportunidades iguais quero me referir não somente aos estudantes que vivem em grandes centros e possuem dificuldades de acesso que vão além de questões econômicas urbanas, mas, também devemos lembrar de áreas rurais de difícil acesso onde a educação superior tende a ser pouco ofertada. Nas universidades deve-se criar programas de incentivos e criação de plataformas de ensino a distância que poderão abranger mais estudantes e também a criação de bolsas e financiamentos que garantam a permanência dos mesmos nas universidades e o sucesso profissional pós-curso.

Encontramos na meta Meta 4.4 que “até o ano de 2030 deve-se aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ONU, 2015, p. 23). Essa meta atende tanto às demandas econômicas de mercado quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho e sua contribuição social para a movimentação econômica com a promoção de uma independência financeira dos mesmos. Para a objetivação dessa meta, torna-se essencial eliminarmos as diferenças e proporcionar um leque de oportunidades igualitárias para todos com um maior foco, assim como na meta anterior, em áreas menos favorecidas em questões econômicas como grandes periferias e zonas rurais pois nesses locais as oportunidades de ensino técnico e profissional são menores. Os governos federais e estaduais deverão realizar a criação de políticas e programas educacionais para formação técnica e profissional desses jovens. E, ainda, esses agentes governamentais terão que realizar parcerias junto aos setores privados como empresas e indústrias para se

associarem às universidades e proporcionar a esses jovens programas e oportunidades de capacitação.

O objetivo da Meta 4.5 até 2030 é

eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade (ONU, 2015, p. 23).

Para a objetivação desta, torna-se essencial adotar a mesma postura das metas anteriores pois, como sabemos, o agente de realização fundamental delas são os governos nacionais e internacionais. Desta maneira, podemos citar como ponto diferencial de realização da meta 4.5 a conscientização para obter uma posterior participação de pais e responsáveis onde essa conscientização viria por meio da figuras dos líderes dessas grandes e pequenas comunidades, para que eles possam agir de maneira interligada a população que representam com as instituições públicas e privadas que poderiam disponibilizar cursos, projetos e ações para a inclusão dessas pessoas em sociedade.

A meta 4.6 propõe que até 2030 “garanta-se que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática” (ONU, 2015, p. 23). O investimento na alfabetização básica é crucial para capacitar os indivíduos para desenvolverem de maneira eficaz a sociedade. Esse investimento deverá ter foco em regiões com cidades e comunidades que apresentem índices de baixo desempenho matemático e com maiores taxas de analfabetismo focados em jovens e adultos, isso tudo, por meio de atividades de reforço escolar em horários que possam ser de fácil acesso para esse público diversificado fazendo adaptação desses horários. Essa iniciativa poderá movimentar setores públicos e privados e culminará na criação de empregos para docentes que estão fora do mercado de trabalho que poderão receber prévia capacitação para esse trabalho proporcionada por essas esferas.

E por último temos a Meta 4.7 que diz que

até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015, p. 24).

Para objetivar a meta 4.7, é necessário pensar em diversas áreas de realização dela. Primeiramente, deve-se trabalhar na reorganização e revisão dos currículos escolares tanto na educação básica como na superior, onde na educação básica terá que inserir nos currículos desde o fundamental ao médio e de maneira didática e abrangente questões como igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Já na educação superior também há a necessidade de criação e inserção de disciplinas com esses temas nos cursos. Posteriormente é de suma importância a capacitação dos professores dos três níveis educacionais.

As submetas são também partes importantes desse processo de mudanças para a educação, pois elas nos mostram maneiras mais profundas e que possivelmente não seriam atendidas diretamente se não estivessem detalhadas. Dentre elas, a meta 4.a fala a respeito de “construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos” (ONU, 2015, p. 23). Desta forma, facilitará que todos os jovens estudantes possam se desenvolver a partir do ambiente escolar e de forma plena e sem discriminações num espaço para todos e sem distinções de qualquer natureza.

A submeta 4.b propõe que

até 2030 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (ONU, 2015, p. 23, 24).

Vemos que além de promover a igualdade na educação, essa submeta proporcionará a criação de significativas formas de desenvolvimento para as comunidades, juntando oportunidades de desenvolver projetos de sustentabilidade atrelados ao progresso social.

E por último a submeta 4.c diz que até 2030 deve-se

aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (ONU, 2015, p. 24, 25).

Por fim, vemos que, aumentar a quantidade de profissionais qualificados poderá promover inovações no campo educacional permitindo o aumento de cooperação entre professores de diferentes países e regiões enriquecendo seus leques de conhecimentos.

4.3 O objetivo número 5 da ODS 2030

A ODS 5 trata de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Ela é um marco significativo na procura pela igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas em todo o mundo pois diz respeito à necessidade emergente do reconhecimento de superação das desigualdades de gênero, pois sua finalidade é buscar uma sociedade mais justa e inclusiva (ONU, 2015, p. 24). Reconhecendo que a igualdade é valorosa para uma construção social mais justa e inclusiva, as metas do objetivo número 5 englobam diversas áreas que perpassam o gênero.

Para a alcançar a igualdade de gênero até 2030, a meta 5.1 “propõe que é necessário acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte” (ONU, 2015, p. 24). No contexto do nosso país, essas questões de discriminação como um todo precisam ser trabalhadas de maneira profunda, visto que as questões como desigualdade salarial, violência doméstica e baixa representação política são formas de violência contra o gênero.

Para a meta 5.2, propõe-se que “até a data estabelecida eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos” (ONU, 2015, p. 24). As camadas sociais mais vulneráveis são as que mais sofrem com o problema que busca-se eliminar nessa meta, visto que a exploração sexual de menores e o tráfico humano são assuntos que estão sempre emergentes de soluções pois tais são colocados em segundo plano devido a emergência de outros assuntos relacionados ao gênero.

Com um ponto a respeito da integridade física das meninas, a meta 5.3 fala sobre “eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas” (ONU, 2015, p. 24). Assim, como em todas as metas, é importantíssimo elaborar políticas públicas e concretas para tratar de erradicar essas práticas nocivas e por vezes mortais aos jovens e crianças, uma vez que protegê-las e garantir seus direitos e dever dos Estados.

Na meta 5.4, deve-se

reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais (ONU, 2015 p. 24).

Em nosso país de cultura patriarcal, vemos que surge a necessidade de valorização do trabalho diário e doméstico que em sua grande maioria é realizado pelas mulheres e meninas as quais já enfrentam uma série de responsabilidades encarregadas previamente ao gênero feminino, e que ficam sem reconhecimento e remuneração e, além disso, deve-se promover entre todos os membros da família o compartilhamento das tarefas, na medida que atitudes de cooperação devem ser enfatizadas no dia a dia das famílias como forma de reduzir essas disparidades.

Na meta 5.5, fala-se de “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, 2015, p. 24). Embora nosso país tenha tido mudanças observáveis nessa área, ainda podemos colocar como uma mudança superficial, visto que, se as mulheres ocupassem cargos de poder mais facilmente seriam criadas políticas voltadas às minorias sociais e ao feminino.

Pode ler-se na meta 5.6 sobre

assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.(ONU, 2015, p. 24).

Ainda no objetivo de número 5 há três submetas, onde a submeta 5.a discorre sobre

realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais (ONU, 2015, p. 24).

A submeta 5.b discorre a respeito de “aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres” (ONU, 2015, página 24, 25). Por último, a submeta 5.c fala sobre “adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis” (ONU, 2015, p. 24, 25). Em suma, podemos dizer que de maneira integrativa as submetas vem tratar de promover para as mulheres uma sociedade mais justa econômica e socialmente aumentando a participação das mulheres em todos os âmbitos sociais indo do econômico ao político e do político ao social. As metas do objetivo de número 5 são questões intrinsecamente ligadas às metas do objetivo número 4 mesmo seus planos de ação para alcançá-los possam agir de maneira interdependentes.

4.4 O pacto da Universidade Estadual do Maranhão com a Agenda 2030: As resoluções N° 1047/2021-CONSUN/UEMA e a Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA

As universidades desempenham um papel crucial na promoção da cidadania e dos direitos humanos. Elas têm a responsabilidade de estimular o pensamento crítico e o respeito à diversidade entre seus colaboradores e estudantes. Ao fazer isso, contribuem para a conscientização sobre a importância da educação de qualidade. Com a promoção do pensamento crítico e o respeito à diversidade, as universidades capacitam seus membros a participarem ativamente da sociedade. E ainda, incentivam a participação social, permitindo que sua comunidade acadêmica se engaje em ações que contribuam para alcançar a meta global de educação de qualidade realizando o estímulo de uma consciência sobre a importância da educação de qualidade e promover a participação social. As academias desempenham um papel significativo na busca por esse objetivo global, ajudando a construir um mundo mais justo e igualitário.

Assim, acredita-se que a universidade gera conhecimentos que podem ir além do espaço acadêmico. A Agenda 2030 representa um grande avanço de cooperação entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, visto que foi aceita por todos países tendo como compromisso a aplicação em todos eles. Podemos considerar as diferentes realidades nacionais, as capacidades de realizações de cada nação ligada não só a seu nível de desenvolvimento econômico mas seu desenvolvimento social onde a Agenda busca respeitar as políticas e prioridades nacionais de cada Estado.

A implantação da Agenda 2030 representa um marco significativo no âmbito da colaboração internacional. A aderência unânime de todos os países a suas diretrizes evidencia um avanço notável no reconhecimento das distintas realidades e capacidades inerentes a cada nação. Este consenso reflete uma mudança paradigmática na compreensão do desenvolvimento, transcendendo a mera vertente econômica para abranger também as dimensões sociais. Destaca-se, ainda, a preocupação em respeitar as políticas e prioridades nacionais de cada Estado, elemento crucial para promover uma participação inclusiva e equitativa no processo de transformação global preconizado pela Agenda 2030. Nesse contexto, vislumbra-se o potencial dessa abordagem inclusiva em efetivamente catalisar o avanço do desenvolvimento sustentável em escala global.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) tem se destacado na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que tange à educação de qualidade (ODS 4) e à igualdade de gênero (ODS 5). Esses compromissos são refletidos em iniciativas acadêmicas, políticas institucionais e projetos de extensão, que buscam alinhar as

práticas educativas com as metas globais estabelecidas pela ONU. A Resolução N.º 1047/2021-CONSUN/UEMA em 2021 e a Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA demonstram o empenho da instituição em integrar essas metas às suas atividades de ensino e pesquisa. Seu compromisso com a Agenda 2030 afirmado na RESOLUÇÃO N.º 1047/2021-CONSUN/UEMA (2021, p. 5), destaca que

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os municípios maranhenses, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Mais recentemente, em 2023, a universidade UEMA reafirmou seu objetivo com a Agenda 2030, onde relacionou seus pilares à educação, extensão e a pesquisa e como elas se relacionam com as ODS pautando diretamente esses papéis. A Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA (2023, p. 11) diz que

A educação, a extensão e a pesquisa se espelham explicitamente em vários dos ODS, naqueles em que as universidades têm um papel direto. Porém, a contribuição das universidades para com os ODS é muito mais ampla, já que podem apoiar tanto a implementação de cada um dos ODS como a da própria estrutura dos ODS.

Em umas das partes essenciais do documento da Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA, a universidade deixa claro principalmente como a educação, (objetivo número 4) contribui para o desenvolvimento sustentável, mas, vemos que apesar de explicitar a importância da educação a ods 5 que relaciona-se a igualdade de gênero ainda é pouco explicitada tendo apenas duas menções onde a primeira diz

A educação de qualidade conduz a melhores resultados de desenvolvimento para as pessoas e, conseqüentemente, para suas comunidades e países. Aqui se inclui melhor acesso a um emprego remunerado, 14 melhor nutrição e saúde, a redução das diferenças de **gênero**, maior resiliência frente aos desastres, cidadãos mais comprometidos e assim sucessivamente (Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA, p. 13, 14)

Outra menção está no trecho que diz

Devido à importância da educação para a totalidade dos ODS, é fundamental proporcionar uma educação acessível e inclusiva para todas as pessoas; independentemente do **gênero**, identidade sexual, raça, idade, cultura, etnia, religião, deficiência, status econômico ou lugar de residência. (Resolução N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA, p. 14)

No arquivo que possui cerca de 28 páginas, a palavra “gênero” é citada apenas 4 vezes, onde as ações específicas direcionadas ao gênero e a ODS 5 são apenas as duas citadas anteriormente. Ainda assim, mesmo com essa menção limitada a esse objetivo no

compromisso da universidade UEMA com a ODS, é possível observar que, internamente com projetos de pesquisa e externamente com projetos de extensão, implementam-se significativas ações com o intuito de promover a igualdade de gênero.

Tais ações são fundamentais para promover um ambiente universitário inclusivo e mais igualitário. As pesquisas e projetos de extensão que abordam as discussões de gênero têm contribuído para a conscientização da comunidade acadêmica e externa sobre a importância da igualdade de gênero e para promover mudanças positivas em todos os âmbitos sociais. Através desses esforços, a universidade nos mostra o compromisso em juntar os princípios da Agenda nas práticas acadêmicas diárias mesmo em seu documento destacando poucos quais seriam essas ações.

5 PEDAGOGIAS CULTURAIS E AS PRÁTICAS ESCOLARES PARA IGUALDADE DE GÊNERO

Visando desafiar e exterminar os estereótipos de gênero enraizados na sociedade e que por vezes são reproduzidos nas instituições educacionais, as práticas escolares para a igualdade de gênero são essenciais para a aparição e fixação de um ambiente educativo que possua mais equidade e igualdade. Ao adicionar no currículo a perspectiva de gênero promovendo diariamente atividades escolares, a escola tem a possibilidade de moldar comportamentos e ações que poderão culminar em uma gama de igualdades sociais.

No Brasil, o direito à educação é garantido a todos os indivíduos, independente de gênero, raça/etnia, classe social, religião, etc. Observa-se com a leitura dos artigos selecionados durante a construção metodológica, que nos últimos anos surge a necessidade de adensar a discussão sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. A educação e a igualdade de gênero se constituem como eixos defendidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e também, como já vimos, está presente no objetivo de número 4 e 5 da Agenda 2030. Contudo, alguns aspectos, tais como, a educação sexual, a presença de homens exercendo a função de pedagogos na educação básica, a homofobia e a reiteração de práticas heteronormativas são questões debatidas no âmbito da educação.

As pedagogias culturais, nesse sentido, constituem-se enquanto um campo de saber ligado aos Estudos Culturais que têm por objetivo refletir sobre as relações de gênero e indicar possíveis formas de lidar com as diferenças sociais e culturais, combatendo assim as mais diversas formas de discriminação e violência. Autoras como Guacira Lopes Louro (2014) e Ruth Sabat (2001) destacam que os artefatos culturais, como música, filmes, imagens publicitárias, dentre outros, podem ser utilizados de forma pedagógica com o intuito de desenvolver um olhar crítico e analítico sobre as representações de gênero e sexualidade que circulam no meio social.

Para Émile Durkheim (2013), no livro **“Educação e Sociologia”**, ao longo do processo de socialização dos indivíduos, a formação da identidade social é prerrogativa para sua inserção no meio social e para a internalização de normas, valores e saberes oriundos da cultura. Mais recentemente, bell hooks, (2013) em **“Ensinando a Transgredir”**, oferece uma leitura crítica sobre o processo de ensino e aprendizado escolar, destacando a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas feministas e antirracistas, que se articulem enquanto ações políticas integrativas entre estudantes e professoras/es.

No artigo **“Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção disseminação e usos”**, Paula Andrade (2017), afirma que nos anos 1990, Henry Giroux no

artigo **“Doing Cultural Studies: youth and the challenge of pedagogy”** (1999) cita o conceito de pedagogias críticas onde esclarece sua compreensão nas pedagogias críticas não apenas como um conjunto de técnicas e habilidades, mas como uma prática cultural, aproximando-se, assim, dos Estudos Culturais.

Desta forma, podemos dizer que por meio das críticas e representações existentes na teoria crítica pode-se ampliar nossas interpretações e críticas sobre nosso contexto social e cultural, e por meio delas houve a emergência da criação de uma pedagogia crítica que surgiu como uma forma de observar com atenção à produtividade dos artefatos da cultura para assim investigá-los com as intenções de denunciar as formas de ideologia e dominação presentes nos discursos e nas representações que produzem, onde, segundo Giroux (1994 p. 14), como prática cultural, a pedagogia contesta e recompõe a construção, apresentação e engajamento de diversas formas de imagens, texto, fala e ação.

Para David Trend (Trend apud Andrade, 2017, p. 7), a pedagogia funciona como uma “ação profundamente política”. Desta forma a pedagogia se destaca ao ser considerada como um dispositivo pelo qual as pessoas se identificam, analisam seus ambientes e criam seus planos para o futuro. Assim, com a definição dos Estudos Culturais como um campo de embates de ideias que fornecem novas respostas a questões sociais e políticas, temas envolvendo poder, identidade e representação entram em cena, o que permite que a pedagogia possa ser percebida como uma estratégia política.

Ainda segundo Andrade (2017), há aproximadamente 20 anos, começa a circular no cenário acadêmico brasileiro o termo pedagogias culturais. O cruzamento dessas variáveis gera uma multiplicidade de espaços de aprendizagem definidos por diversas pedagogias, dentre elas a pedagogia cultural. Steinberg (1997) considera a pedagogia cultural como um tipo de pedagogia produzida especialmente pelos artefatos midiáticos, estruturada pela dinâmica comercial, por forças que se impõem a todos os aspectos de nossas vidas privadas e das vidas de nossos/as filhos/as. Os padrões de consumo moldados pela publicidade empresarial fortalecem as instituições comerciais como os professores do nosso milênio. (Steinberg, 1997, p. 102).

Nesse sentido, Sabat (2001) a respeito das pedagogias culturais, diz que deve-se entender a sociedade como definidora das identidades, dessa forma as pedagogias culturais podem ser vistas com diversas intencionalidades (moldar, definir, influenciar, se comportar,) visto que para a autora a publicidade é um dos artefatos que estão inseridos em um conjunto de instâncias culturais e como tal funciona como mecanismo de representação, ao mesmo tempo em que opera como constituidora de identidades culturais. E ainda, vemos que ela

afirma que com seu currículo cultural a publicidade não só faz que algo seja vendido ou comprado mas também faz com que se produza socialmente valores e saberes, regula-se condutas, modos de ser e agir, fábrica-se essas identidades e representações que constituem relações de poder.

5.1 Uma experiência de extensão: prática escolar para igualdade de gênero no projeto Cinesociológico

A extensão é uma atividade acadêmica extremamente necessária para promover a integração entre a universidade e a sociedade. As atividades extensionistas permitem que a academia ultrapasse os limites da sala de aula e insira-se socialmente de forma transformadora. A princípio, participei desde o ano de 2019 quando ingressei na Universidade Estadual do Maranhão, do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero, Mídia e Discurso - GeMiDi - no campus Santa Inês, coordenado pela minha orientadora a professora Dra. Carolina Vasconcelos Pitanga. Nele, como membro ativo, participei do desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão ligados à temática de gênero e discurso durante meu todo percurso acadêmico.

A integração da academia e ensino médio é crucial para fomentar discussões significativas a respeito de questões sociais tão atuais. Como exemplo, foi desenvolvido um trabalho do projeto intitulado “CineSociológico: relações de gênero e a cultura do machismo” que foi realizado em conjunto com a disciplina de Sociologia com estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Escola Poeta António José, depois de ter sido aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA, ciclo 2021-2022. Para sua realização, a equipe foi formada por duas bolsistas, uma estudante voluntária, duas professoras da UEMA e a professora de Sociologia da escola.

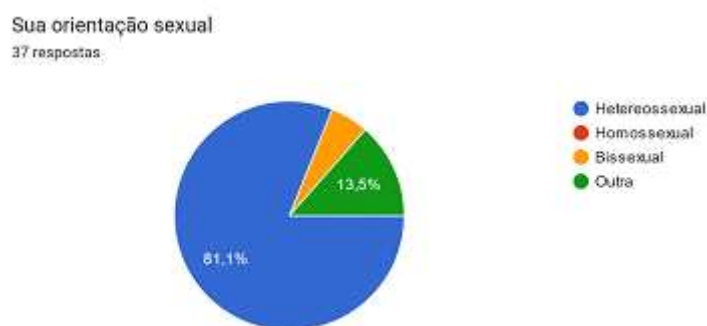
As atividades ocorreram de uma maneira bem dinâmica. Primeiramente, a professora responsável pela disciplina de Sociologia aplicou aos alunos um questionário previamente idealizado pelos extensionistas onde buscou-se entender até onde ia a profundidade de conhecimentos dos alunos sobre os temas que seriam abordados. Em seguida, ocorreram três encontros nos horários destinados à disciplina com objetivo de promover uma reflexão crítica sobre as questões de gênero na sociedade por meio da exibição de documentários para embasar as discussões.

A proposta foi trabalhada no projeto de maneira interdisciplinar. Com base no desenvolvimento de habilidades e competências abordadas na LDB, o estudo possuiu atividades que estavam de acordo com algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável (ODS), sendo especificamente as Metas 4 e 5 as quais debatemos em capítulos anteriores. A conduta interseccional do trabalho atribuiu aos alunos a importância de ações inclusivas de aprendizagem considerando a redução de desigualdades e o impacto gerado pela promoção de igualdade.

Com a aplicação do questionário realizado com os 37 estudantes do 2º ano do ensino médio obtivemos diversas perspectivas sobre gênero e sexualidade, as questões apresentadas abordaram tanto aspectos sociais e pessoais como gênero, idade, orientação sexual, e também experiências de violência. Desse total, 25 alunos se identificaram como gênero feminino, e 12 como gênero masculino.

Quanto a idade, a grande maioria, (24 pessoas), possuía até a realização do questionário, 16 anos, seguidos por 6 com 15 anos e 4 com 17 anos. Quanto à orientação sexual deles 81,1% estudantes (30 pessoas) se identificaram como heterossexuais, 5 pessoas (13,5%) escolheram a opção “outra” e 2 pessoas (5,4%) se identificaram como bissexuais.

Gráfico 01 – Respostas sobre orientação sexual (n=37)



Fonte: Elaboração das autoras, 2022

Essa diversidade presente nas respostas é importante para compreendermos como os jovens transitam por conceitos e noções de gênero e sexualidade, e que por vezes desafiam as categorias tradicionais de definição. A variação na idade (com a maioria tendo 16 anos) indica uma fase de transição com descobertas pessoais e também sexuais, onde as concepções de gênero e sexualidade estão em desenvolvimento. Nesta etapa da vida, os estudantes estão formando suas identidades e testando os limites dos papéis de gênero que a sociedade lhes fixa. Ao explorar as concepções de gênero e sexualidade entre os jovens do 2º ano do ensino médio, fica evidente que a diversidade de identidades e percepções é significativa. A divisão inicial entre questões pessoais e de percepção fornece um panorama tanto das experiências individuais quanto das representações sociais que os estudantes internalizam. Sendo a maioria de estudantes que se identificam como heterossexuais (81,1%) nos leva a refletir sobre uma normatividade ainda presente, mas a existência de 13,5% que escolheram "outra" orientação sexual e 5,4% que se identificam como bissexuais mostra uma pluralidade e uma abertura em relação a identidades sexuais diversas.

Quanto à pergunta se já foram questionados alguma vez sobre sua sexualidade, viu-se que 28 dos 37 estudantes, representando 75,7% do total, afirmaram não ter passado por esse tipo de situação. Em contrapartida, 9 estudantes, o que equivale a 24,3%, indicaram que já foram questionados sobre sua sexualidade o que nos aponta que, para uma parcela significativa, temas ligados à identidade sexual podem se tornar uma origem de constrangimento e questionamento, seja no ambiente escolar, familiar ou social.

Gráfico 02 – Respostas sobre questionamentos em relação à sexualidade (n=37)



Fonte: Elaboração das autoras, 2022

A existência desses questionamentos pode levar a constrangimentos e até mesmo à insegurança quanto à própria identidade, o que nos alerta sobre a necessidade de criar ambientes educativos que promovam o respeito à diversidade e à liberdade individual. Essa diferença nos números nos mostra que, embora a maioria dos estudantes não tenha enfrentado questionamentos diretos sobre sua sexualidade, uma parte expressiva, quase um quarto do total de alunos, vivenciou esse tipo de situação. A obtenção desse dado foi muito importante porque nos revela que as normas e condutas sociais ainda desempenham sobre os jovens uma forte pressão, e que questões ligadas à sexualidade persistem a ser uma área sensível e eventualmete problemática.

Com intuito observar se os alunos obtêm informações também sobre sexualidade e amor nos ambientes escolar e familiar obtivemos as seguintes respostas: dos 37 estudantes apenas 17 (45,9%) afirmam receber esse tipo de informação no ambiente familiar, em contrapartida 18 (48,6%) relataram não ter acesso a essas discussões no ambiente familiar. No que diz respeito à escola como agente que repassa essas informações, 24 estudantes, o que corresponde a 64,5% responderam que o tema não é abordado e, somente 9 alunos, ou seja, 10,8% não entendeu o que se tratava a pergunta ou não soube responder.

Gráfico 03 – Respostas sobre relacionamentos (n=37)

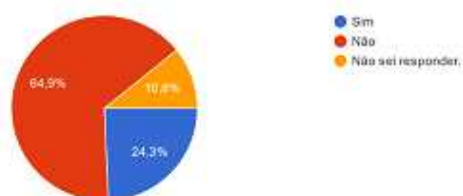
Em casa, você recebe alguma informação sobre relacionamentos amorosos e sexuais?
37 respostas



Fonte: Elaboração das autoras, 2022

Gráfico 04 - Informações sobre relacionamentos amorosos e sexuais no ambiente escolar (n=37)

Na escola, você recebe alguma informação sobre as relações entre mulheres e homens e experiência de sexualidade?
37 respostas



Fonte: Elaboração das autoras, 2022

Podem observar nessas respostas que essa falta de informações vindas da escola e da família sobre amor e sexualidade pode ter significativas consequências na vida desses estudantes, uma vez que, a falta de conhecimento durante esse período da adolescência pode levá-los a propagar e vivenciar situações problemáticas por conta dessa desinformação. Vemos que essa lacuna educacional nos sugere sobre a urgência de criação de espaços escolares e a participação da família sobre a tamanha importância da educação sexual na vida dos jovens.

Posteriormente a aplicação do questionário e com as respostas quantificadas, realizou-se os encontros onde foi realizada a exibição dos documentários. A seleção de documentários nacionais procurou apresentar características sobre gênero e sexualidade enraizadas em nossa cultura que por vezes se tornam imperceptíveis no dia a dia. Nesse cenário, trouxemos a sala de aula os documentários “*Repense o Elogio*” (2017), dirigido por Estela Renner, e “*Precisamos Falar com os Homens*” (2019), com direção de Ian Leite e Luiza de Castro, que foram os pontos cruciais utilizados nos debates. Ambos artefatos serviram como o princípio para as discussões sobre a cultura do machismo, passando pelas consequências sociais emergidas pela desigualdade de gênero em questões como violência doméstica e discriminação enfrentadas pelas pessoas por conta de preconceitos.

Os alunos destacaram nos debates, após a exibição dos documentários, sobre as construções identitárias femininas e masculinas e como são pressionados socialmente. As expectativas sociais que eles identificaram giram em torno da performance do que vem a ser homem e mulher na sociedade em relação a comportamentos tidos como típicos de cada gênero, os quais devem ser sempre mostrados no ambiente familiar e também escolar. Tais comportamentos tanto são vistos como normas como controlam os desejos e repreendem diversas outras formas de expressão.

Ao decorrer das conversas, os estudantes destacaram várias percepções sobre a injusta separação das tarefas domésticas entre meninos e meninas no dia a dia. Tal discussão, abriu espaço para o debate a respeito do que os alunos entendiam sobre o que era feminismo na forma de movimento social, intelectual e também político e que o machismo possui consequências sociais preocupantes, onde um estudante relatou que

“Achava que o machismo era ruim mesmo para as mulheres que apanharam...que não podiam trabalhar por causa dos maridos e filhos. Que as mulheres eram vítimas, né? Mas no filme, os homens também são vítimas, porque sofremos pressão para ser homens.”
(Estudante, 16 anos).

Os jovens fizeram diversos comentários após o debate, onde suas falas nos mostram também a respeito suas percepções de maneira diversificada, evidenciando o impacto das discussões sobre gênero e desigualdade. Uma estudante de 17 anos relatou: *“Não tinha ainda pensado sobre o elogio como algo constrangedor. Eu já senti vergonha de ser chamada atenção quando ando na rua”*. Essa fala nos exemplifica a complexidade das interações diárias em relação ao gênero, onde por vezes, práticas aparentemente inofensivas, como quando recebemos elogios, podem ser interpretadas como mecanismos de controle social sobre o corpo feminino. Podemos ver as pedagogias culturais, nesse sentido discursivo, como uma ferramenta importante para questionar essas práticas normalizadas com intuito de fomentar uma educação que incentive o respeito a individualidade e as experiências subjetivas.

Uma outra estudante de 16 anos disse: *“Eu ajudo nas tarefas de casa com minha mãe. E ainda tenho que lavar as roupas dos meus irmãos. Acho isso absurdo, mas ninguém se questiona sobre isso”*. Ela nos direciona a discussão a respeito da naturalização de como é feita a divisão doméstica de trabalho, as quais são uma realidade de mulheres e também meninas. Tais divisões são baseadas em um tradicionalismo patriarcal que vê as mulheres atreladas ao cuidado e aos afazeres domésticos, o que reforça desde cedo as desigualdades de gênero.

Diante a diversidade de aprendizado, vemos a importância que esse projeto de extensão teve em proporcionar aos jovens um ambiente acolhedor e seguro para se expressarem. Por meio desta intervenção e discussão sobre as questões de gênero e sexualidade, os jovens estudantes puderam explorar temas que vão além dos conteúdos tradicionais, como as normas de gênero, as desigualdades sociais e a violência de gênero, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma criticidade e compreensão sobre a realidade social da qual fazem parte. Perceber-se em seus relatos a dificuldade que possuíam em falar com os familiares ou na escola sobre o tema, onde muitas vezes não haviam o devido exercício de discussão de tais temáticas.

Outro aspecto observável é que com a ajuda dos documentários os estudantes puderam dividir experiências sobre a pressão social que sofrem quanto aos papéis femininos e masculinos, onde essa troca de experiências os ajudou na criação de uma percepção de participação social mais inclusiva vendo a escola como um meio transformador que vai além de um currículo pré estabelecido.

6 CONCLUSÃO

Em suma, pode-se salientar que este estudo nos mostra a relevância crítica de uma abordagem educativa que seja simultaneamente inclusiva e equitativa, integrando elementos culturais diversificados no currículo escolar. Vemos que há a emergente necessidade de adoção de práticas pedagógicas alinhadas ao ODS 4 e ao ODS 5 visando desenvolver estratégias pedagógicas que buscam um ambiente de aprendizado baseado nos princípios do respeito à diversidade.

Para além disso, por meio de práticas escolares que promovem a igualdade de gênero, devemos instigar nas crianças e jovens a problematizar os estereótipos de gênero com a implementação de programas de educação sexual desde a infância contribuindo para uma formação crítica e consciente.

É necessário salientar ainda a respeito da necessidade de uma formação contínua de educadores com base em estratégias que promovam igualdades fazendo com que estejam capacitados para desafiar preconceitos e adotar práticas que fomentem o respeito e a equidade visto que a escola funciona com instituição mediadora entre a família e a sociedade e é no ambiente escolar que estimula-se essas mudanças. Como observado nas ODS 4 e 5, existe uma gama de possibilidade de inserção desses objetivos nas práticas educacionais advindo de uma mudança no currículo escolar voltada para essas questões.

É interessante observar também a implicação que este estudo possui por não se limitar apenas em uma reflexão teórica mas por apontar a necessidade de uma ação educativa que seja engajada em temáticas tão emergentes em nossa sociedade onde a igualdade de gênero deve ser vista como valor indispensável. Não se restringe apenas em uma contribuição acadêmica por se tratar de um trabalho teórico pois é também uma possibilidade real demonstrada na prática de atividade de extensão com a ferramenta pedagógica visual atrelada ao uso dos meios mais atuais como o uso de filmes e documentários (artefatos da pedagogia cultural) que são de fácil acesso e de grande possibilidade de discussões possibilitando que a escola e a universidade caminhem juntas como agentes de transformação.

Por fim, deve-se enfatizar também o fato dessa pesquisa ser uma das primeiras do curso de Pedagogia do campus a abordar de forma tão centralizada as questões de gênero e igualdade educacional. O “Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero, Mídia e Discurso - GeMiDi” abriu caminhos para reflexões mais profundas de como a educação pode ser transformadora e promotora de equidade fornecendo reflexões teóricas e práticas sobre gênero e igualdade. Sua relevância acadêmica não se esgota em apenas tratar de um tema atual e necessário mas também por propor e exemplificar práticas pedagógicas que visam

realizar desconstrução de estereótipos no ambiente educacional contribuindo significativamente para a formação de educadores mais conscientes e comprometidos com a igualdade de gênero e fortalecendo o compromisso da Universidade Estadual do Maranhão com a justiça social e desenvolvimento inclusivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. **Nos rastros do conceito de pedagogias culturais:** invenção, disseminação e usos. *Educação em Revista*, v. 33, 2017.

AUAD, Daniela; RAMOS, Maria Rita Neves; SALVADOR, Raquel Borges. Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola. 2017.

BARROSO, Carmen. **Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero.** Cadernos de pesquisa, v. 34, p. 573-582, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor:** queixas e perplexidades masculinas. 2015.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Revista Estudos Feministas, v. 19, p. 549-559, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, p. 141-155, 2017.

DA SILVA PALUDO, Hayane Cristina; RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue. Igualdade de gênero: uma análise dos documentos norteadores da educação. *Dialogia*, n. 41, p. 22437, 2022.

DE MARTINO JANNUZZI, Paulo; DE CARLO, Sandra. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

ÉBOLI, Gabrielle. IGUALDADE DE GÊNERO ATÉ 2030: O BRASIL ESTÁ PREPARADO?. **O Cosmopolítico**, v. 7, n. 2, p. 149-157, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber.* Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1999.

GIROUX, Henry. **Doing Cultural Studies: youth and the challenge of pedagogy.** Harvard Educational Review, v. 64, n. 3, p. 278-308, outono 1994. Disponível em: <http://www.henryagiroux.com/online_articles/doing_cultural.htm>.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo Martins Fontes, 2013.

IPEA. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil?. Cadernos ODS, 2019, 62 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9378>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2018. Disponível em As Nações Unidas <https://brasil.un.org/pt-bro> Brasil Acesso em 12/04/2024.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York, EUA: ONU.

PARAISO, Marlucy A. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. Revista Currículo sem Fronteiras.v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf> Acesso em Maio. 2024.

PETRENAS, Rita Cássia; RIVA, Geniffer Gabriela. **SEXUALIDADE E GÊNERO NAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISCUTINDO A IGUALDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS.** Diversidade e Educação, v. 10, n. 2, p. 341-366, 2022.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual.** Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educação & Sociedade, v. 38, p. 09-26, 2017.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 04-21, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, v. 35, p. 287-305, 2019.

STEINBERG, Shirley R. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos (Org.). **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: SMED, 1997. p. 98-145.

THERRIEN, Jacques; NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, p. 33-51, 2004.

TRENTIM, Raynan Henrique Silva; VIEIRA, Tereza Rodrigues. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA PELA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES: DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA**. Akropolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 27, n. 2, 2019.

UEMA. Resolução Nº 1047/2021-CONSUN/UEMA, de 2021. Aprova o regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em: [Plano-de-Acao-ODS_UEMA-2021-2022.pdf](#)

UEMA. Resolução Nº 1050/2021-CONSUN/UEMA, de 2021. Aprova o regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em: [Plano-de-Acao-ODS_UEMA-2023.pdf](#)

APÊNDICE A- RESUMOS DOS ARTIGOS

A1: Observa-se nas palavras da autora que os ideais feministas influenciaram bastante na busca dos direitos femininos no que se refere a questão de colocar no papel o que deve ser realizado, pois os ideais feministas eram feitos em manifestos, palestras, eventos, campanhas com o intuito de reivindicar liberdades e direitos para as mulheres. Entretanto, por parte dos órgãos governamentais ainda eram pautas pouco importantes (Barroso, 2004). Percebe-se que após anos dessas reivindicações (que são a partir dos anos 2000) começaram a se tornar pautas governamentais, e para as entidades responsáveis foi necessária fazer a junção das questões de gênero e questões educacionais pelo fato de que a educação está atrelada as disparidades entre os gêneros mesmo tentando resolvê-los de maneira dividida o resultado de um tem grande importância no que resultaria do outro, visto que questões como acesso e permanência na escola são pontos interessantes a se discutir no que diz respeito às mulheres, pontos como assédio e segurança nas escolas tem influência na qualidade e permanência escolar feminina (Barroso, 2004).

Outro fator interessante a ser enfatizado é o legado educacional das mães que atingem um maior nível educacional passam para os filhos, especialmente para as filhas, vistos que as mulheres mães que obtiveram uma maior escolarização (observando contexto social e histórico) possuem mais poder decisivo em casa no que diz respeito a educação dos filhos podem decidir mais sobre os rumos educacionais e locais de ensino que os filhos frequentam, elas ainda contribuem com metade das despesas da casa, lhes trazendo autonomia financeira e empoderamento (Barroso, 2004).

O texto também trata a respeito das questões de gênero relacionadas à liberdade sexual das mulheres, falando da responsabilidade educacional em relação a educação sexual das mulheres, e o compromisso na redução da taxa de mortalidade materna e o fortalecimento das capacidades de mulheres e meninas de se protegerem de doenças sexualmente transmissíveis como o HIV. Na América Latina, mesmo que as muitas pesquisas indiquem que a maioria de meninas do que de meninos concluem o ensino médio não significa que não exista problemas de gênero nas escolas e nos currículos escolares, e também que a educação sexual se liga a questões de empoderamento, onde nas escolas pouquíssimos programas tentam questionar a divisão sexual do trabalho, que reserva toda a carga do trabalho doméstico para as meninas e suas mães (Barroso, 2004).

A2: As autoras primeiramente fizeram um apanhado histórico a respeito do termo gênero e de sua etimologia e aplicação ao longo dos anos. Percebe-se com a leitura que o

termo gênero (agora com essa terminologia se referindo a sexo, gênero socialmente construído ou performatizado) e suas aplicações sociais, históricas e ou políticas sempre passou por diversas dificuldades tanto em aceitação do significado do termo como também as instituições sociais como escolas ou igrejas tendem a fingir sua inexistência ou amenizar/utilizar o termo que mais cabe de acordo com suas regras e dogmas. O texto também fala a respeito de como essas instituições tratam o feminino ao longo dos anos, fala do papel da mulher em sociedades e nos âmbitos de participações sociais (Da Silva Paludo, Rodrigues, 2022)

Elas relatam que as formas de abordar gênero nas políticas públicas brasileiras começaram nos anos 1970 com as agendas da reforma onde foi cobrado questões básicas de direito e saúde da mulher. Logo após, com a ajuda do movimento feminista houveram diversos avanços como a criação de conselhos e delegacias da mulher no estado de São Paulo. No ano de 1988 por meio da Carta das Mulheres foi enviado um bojo de reivindicações que ajudam na construção da Constituição atual, mas de nenhuma maneira a palavra gênero foi mencionada na carta constitucional (Da Silva Paludo, Rodrigues, 2022). Como as escolas tem que apenas adequar seus Projeto Político Pedagógico ao currículo que vem pré definido pelos Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional entre outros documentos norteadores da educação pois eles vem já escritos por políticos que o influenciam seus vieses religiosos, preconceituosos e tradicionais trazendo dizeres e dogmas de combate a “ideologias de gênero” pautadas em notícias falsas e tendenciosas a respeito de gênero e sexualidade culminado em um currículo escolar pobre em relação ao assunto (Da Silva Paludo, Rodrigues, 2022)

O texto conclui que a escola possui diversas oportunidades de repensar o currículo e inserir o tema pois diariamente as inquietações dos alunos são identificadas porém tende a se manter neutra e passiva. Ou seja, o Governo Federal elabora os documentos norteadores da educação básica que influencia na replicação de ideias conservadoras e preconceituosas que costumam estar pautadas em moralismo e religião, deixando de lado a laicidade com a qual deveria exercer (Da Silva Paludo, Rodrigues, 2022)

A3: A escola e a família não conseguem fazer uma boa educação quanto a informações pertinentes a sexo e sexualidade nas crianças e adolescentes, fazendo com que cresçam com dificuldades em fazer escolhas corretas e terem boas atitudes durante seu processo de inserção na vida sexual adulta por falta de uma formação até mesmo básica (Trentin, Rodrigues, 2019).

No texto, as autoras afirmam que as adversidades e preconceitos surgem da falta de informação adequada bem como a omissão dos pais e da escola sobre essa diversidade de assuntos onde eles acham que ensinar sobre isso causará nas crianças e adolescentes interesses em práticas homossexuais, o que é evidente que não leva isso, mas, promove a disseminação de conhecimento adequado tendo como consequência evitar na vida desse jovens e adolescentes problemas como contraírem doenças, gravidez precoce dentre outros. Sabe que na maioria das ocorrências, questões ligadas à educação sexual e gênero são invisibilizadas, o que acaba por promover o senso comum, como consequência, há a manutenção de concepções erradas e preconceituosas que enfraquecem o diálogo sobre saúde, subjetividades e identidades (Trentin, Rodrigues, 2019).

Conclui-se nesse texto que comumente os pais tentam proteger seus filhos desses assuntos por causa de seus próprios preconceitos, mas essa proteção se torna um prejuízo na formação social dessas crianças por falta de informações consideradas básicas. Os pais também acabam criando diferenciações de gênero, o que reproduz ideais preconceituosos, mas as crianças e adolescentes carecem desses ensinamentos de ordem sexual e de gênero (Trentin, Rodrigues, 2019).

A4: Fornece uma análise abrangente sobre a relação entre igualdade de gênero e educação, destacando vários aspectos relevantes. Na temática abordada sobre a Educação como Ferramenta de Emancipação Feminina relatam que a educação desempenha um papel crucial na emancipação das mulheres. Através do acesso à educação, as mulheres têm a oportunidade de desenvolver autonomia, fortalecer suas vozes e participar ativamente na sociedade (Auad, Ramos, Salvador, 2017).

Em relação aos desafios históricos no acesso à educação, ao longo da história, as mulheres enfrentam desafios significativos para acessar a educação. No entanto, a superação dessas barreiras, como evidenciado por figuras como Bertha Lutz, foi fundamental para avançar na busca pela igualdade de gênero. A resistência democrática e o diálogo na educação são vistas como uma área onde ocorre resistência democrática e construção de diálogos sobre igualdade de gênero. Tal discussão destaca a importância de abordar questões como LGBTfobia, racismo e machismo dentro do ambiente educacional (Auad, Ramos, Salvador, 2017).

As contribuições diferentes das mulheres na Educação, como Carolina Maria de Jesus e Bertha Lutz são mencionadas como exemplos de protagonismo feminino na promoção da igualdade por meio da educação. Cada uma delas contribuiu de maneiras distintas para desafiar normas sociais e avançar na luta por direitos iguais. Em relação a necessidade de

continuar a luta pelos direitos femininos as autoras inferem que apesar de alguns avanços, os textos estudados indicam que a luta pela igualdade de gênero na educação ainda está em curso. Ainda completam dizendo que a abordagem de questões como acesso à creche, igualdade no mercado de trabalho e combate à violência mostra que há desafios contínuos a serem enfrentados. Em resumo, o texto aponta para a educação como um espaço crucial para promover a igualdade de gênero, mas destacam que é uma jornada em andamento, com a necessidade contínua de resistência, diálogo e ação para alcançar uma sociedade mais equitativa (Auad, Ramos, Salvador, 2017).

A5: Destaca que, desde os anos 2000, houve ações do Estado reconhecendo os direitos das mulheres e da população LGBTI como Direitos Humanos fundamentais e que movimentos sociais feministas e LGBTI conquistaram espaço na agenda governamental, resultando em parcerias entre Estado e movimentos progressistas. Contudo, o autor ressalta que a atualidade apresenta uma disputa entre dois dispositivos de governo biopolítico opostos. Eles argumentam que os recentes ataques à "ideologia de gênero" representam uma tentativa de estabelecer uma nova governamentalidade de corpos, sexualidades e desejos, contestando as conquistas e prioridades do campo progressista (Cesar, Duarte, 2017).

No texto, César e Duarte refletem sobre o embate político em relação à produção de "novas" verdades nos campos de gênero, sexualidade e diversidade sexual, destacando a importância da atitude crítica para questionar o poder-saber vigente. Os autores confluem o artigo sugerindo a necessidade de superar conflitos internos no campo progressista e adotar estratégias de luta comum, buscando associações políticas com respeito às diferenças. Sinteticamente, sugerem que a igualdade de gênero e a educação estão no centro de uma disputa entre visões progressistas e conservadoras, com o desafio de conciliar diferentes correntes teóricas e identidades no campo progressista para avançar nas políticas de inclusão e respeito à diversidade (Cesar, Duarte, 2017).

A6: No texto, destacam a educação como um direito humano fundamental, enfatizando a igualdade de gênero como um princípio crucial relatando que ao longo das décadas, vários documentos e tratados internacionais, ratificados pelo Brasil, têm buscado eliminar a discriminação de gênero na educação (Reis, Eggert, 2017).

Além disso, o texto evidencia evolução no entendimento dos direitos humanos, englobando a equidade de gênero, livre orientação sexual e identidade de gênero. As violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero são consideradas violências de gênero. Os autores também fazem menções sobre a disseminação da falsa premissa da "ideologia de gênero", vista como uma ameaça à desconstrução dos

papeis de gênero tradicionais e dos ideais de família. Esse fenômeno teria gerado um pânico moral, uma decadência nos costumes sociais tradicionais e a demonização daqueles que defendem a incrementação da igualdade de gênero e orientação sexual e concluem frisando a necessidade de promover uma verdadeira igualdade de gênero, combatendo iniquidades que estabelecem papeis inflexíveis para homens e mulheres defendendo o desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes e a promoção da cultura da paz, baseada em valores como justiça social, igualdade de gênero e respeito para todas às minorias.(Reis, Eggert, 2017).

A7: falam a respeito da promoção da igualdade de gênero e sexualidade na educação e como persistem os retrocessos e resistências devido a uma grande diversidade de perspectivas por conta dos desafios na abordagem da diversidade sexual na educação, considerando os diferentes valores culturais, morais, religiosos e familiares presentes na sociedade ficando claro a urgência de um diálogo maior com estratégias educacionais que respeitem e incluam as delicadezas que encontramos no ambiente educacional (Soares, Monteiro, 2017).

Soares e Monteiro também nos falam sobre a necessidade da formação continuada para todos os profissionais da educação para poderem lidar com essa necessidade social que vem emergindo, pois tal formação é essencial para possibilitar maior sensibilidade durante a abordagem no dia a dia da sala de aula. No entanto, os setores conservadores impossibilitam a evolução educacional para atingirmos um patamar de avanços na promoção da igualdade de gênero e sexualidade na educação, ainda existem desafios significativos que precisam ser enfrentados para alcançar uma abordagem mais inclusiva e equitativa (Soares, Monteiro, 2017).

A8: Nos traz uma visão bem mais atualizada enfatizando as relações de gênero na educação infantil com foco para as brincadeiras de meninos e meninas na escola e destaca que atualmente nossa sociedade está intensamente influenciada pela mídia e redes sociais e por conta disso emerge a necessidade de trabalharmos a educação sexual desde a infância para combatermos os preconceitos de gênero. Podemos ver que as autoras expressam que o ensino escolar muitas vezes corrobora com os estereótipos de gênero, e a responsabilidade do corpo docente é enfatizada para eliminar barreiras culturais e discutir questões de sexualidade e gênero (Riva, Petrenas, 2022).

O artigo também expressa o estancamento dos papeis das mulheres e homens nas escolas perpetuando os estereótipos de gênero e ainda nos faz questionar a linguagem e os materiais pedagógicos que fazem perdurar a submissão feminina. Como centralidade no texto as autoras trazem a importância de discutir esse tema na educação infantil mas abre nossa

visão para a importância de uma formação adequada para os professores abordarem o tema de acordo com o público infantil mencionando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como o guia para um ensino baseado na igualdade promovendo uma educação sexual libertadora e inclusiva (Riva, Petrenas, 2022).

APÊNDICE B

CINESOCIOLOGICO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A CULTURA DO MACHISMO- Registro dos Encontros

1º Encontro- 03 de maio 2021



2º Encontro- 17 de Maio 2021

3º Encontro- 23 de Maio 2021

